

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O EFEITO DA CULTURA NA DIVULGAÇÃO DAS KEY AUDIT MATTERS:
EVIDÊNCIA DE CLIENTES EUROPEUS DE UMA BIG 4**

MARIANA SOFIA OLIVEIRA FIDALGO

OUTUBRO – 2019

MESTRADO
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O EFEITO DA CULTURA NA DIVULGAÇÃO DAS KEY AUDIT MATTERS:
EVIDÊNCIA DE CLIENTES EUROPEUS DE UMA BIG 4**

MARIANA SOFIA OLIVEIRA FIDALGO

ORIENTAÇÃO:
PROF. DRA. ANA ISABEL ABRANCHES PEREIRA DE CARVALHO MORAIS

OUTUBRO – 2019

ABSTRACT

From the entry into force of the new audit report, the communication of the Key Audit Matters (KAMs) has become mandatory for the audits of financial statements for the periods ending on or after December 15, 2016 of public interest entities. Thus, and taking into account that cultural factors may influence the judgments and decisions of auditors on the disclosure of KAMs, this dissertation researches the possible effect that the culture of the country of origin of the audit firm has in the disclosure of KAMs in the audit report. In order to conduct this study, we obtained the number of KAMs using the 2017 audit report of public interest entities, all of them listed and audited by the German, Belgian, Spanish, French, Dutch, Irish, Italian, Portuguese, British and Sweden Deloitte. Moreover, we obtained the scores for each of the two cultural dimensions (Power Distance and Individualism versus Collectivism) by Hofstede assigned to the different countries, using the country comparison tool of Hofstede Insights.

The results obtained in this study reveal that the more an auditor recognises and respects the difference in power, the smaller the number of KAMs that he intends to disclose in the audit report is. This tendency to disclose a smaller number of KAMs also occurs the more an auditor prefers individualism. Thus, these results confirm the influence of the culture of the country of origin of the audit company in the behaviour and professional judgment of the auditor. Additionally, the study shows that the effect of culture superimposes the fact that the audit company belongs to a network.

This article contributes to the investigation in this area in the sense that it is one of the first studies to analyse the possible connection between culture and the emission of KAMs. Furthermore, this investigation intends to isolate the effect of the belonging of the audit company to a network of auditing firms, since it focuses only on clients of a Big 4. Finally, this investigation is of extreme relevance to the regulators and the auditors.

Keywords: Key Audit Matters (KAMs), Culture, Power Distance, Individualism versus Collectivism.

JEL Classification: M42

RESUMO

A partir da entrada em vigor do novo relatório de auditoria, tornou-se obrigatória a comunicação das *Key Audit Matters* (KAMs) para as auditorias das demonstrações financeiras para os períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016 de entidades de interesse público. Desta forma e tendo em conta que os fatores culturais podem influenciar os julgamentos e decisões dos auditores sobre a divulgação das KAMs, a presente dissertação investiga o possível efeito que a cultura do país de origem da empresa de auditoria tem na divulgação das KAMs no relatório de auditoria. Para realizar este estudo, obteve-se o número de KAMs através dos relatórios de auditoria do ano de 2017 de entidades de interesse público, todas elas cotadas, e auditadas pela Deloitte da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia. Além disso, obteve-se as pontuações para cada uma das duas dimensões culturais (*Power Distance* e *Individualism versus Collectivism*) de Hofstede atribuídas aos vários países, através da ferramenta de comparação de países de Hofstede *Insights*.

Os resultados obtidos através do estudo demonstram que quanto mais um auditor reconhece e respeita a diferença de poder, menor é o número de KAMs que ele tende a divulgar no relatório de auditoria. Esta tendência para divulgar um menor número de KAMs também ocorre quanto mais um auditor tiver preferência pelo individualismo. Assim, estes resultados confirmam a influência da cultura do país de origem da empresa de auditoria no comportamento e no julgamento profissional do auditor. Adicionalmente, o estudo demonstra que o efeito da cultura se sobrepõe à pertença da auditoria a uma rede.

Esta dissertação contribui para a investigação nesta área na medida em que é um dos primeiros estudos a analisar a possível relação entre a cultura e a emissão das KAMs. Além disso, o estudo pretende isolar o efeito da pertença a uma rede de empresas de auditoria visto que se debruça apenas sobre clientes de uma Big 4. Finalmente, esta investigação é de extrema relevância para os reguladores e para os auditores.

Palavras-chave: Key Audit Matters (KAMs), Cultura, Power Distance, Individualism versus Collectivism.

Classificação JEL: M42

AGRADECIMENTOS

A realização do Trabalho Final de Mestrado foi um longo percurso com inúmeros desafios, alegrias, tristezas, incertezas e conquistas. Pretendo exprimir os meus agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma permitiram e me ajudaram a encontrar o rumo certo deste percurso.

Em primeiro lugar, quero agradecer especialmente à minha orientadora Professora Doutora Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais pela orientação prestada, pelo incentivo, disponibilidade e apoio que sempre demonstrou. Quero também agradecer a partilha do seu saber, a sua visão crítica e a sua exímia dedicação que contribuiu para enriquecer passo a passo todas as etapas subjacentes ao trabalho realizado.

Em segundo lugar, quero agradecer aos meus pais, ao meu irmão e à minha avó por toda a disponibilidade para ouvir os meus desabafos e pelos seus incentivos.

Finalmente, mas não menos importante, aos meus amigos, em especial ao Rodrigo Cabral, agradeço a amizade demonstrada e a motivação incondicional que contribuíram para que este trabalho se tornasse uma experiência agradável de aprendizagem.

“A persistência é o caminho do êxito.”

Charles Chaplin

ÍNDICE

Abstract.....	i
Resumo	ii
Agradecimentos	iii
Índice	iv
Índice de Tabelas	vi
Lista de Abreviaturas.....	vii
Índice de Anexos	viii
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	4
2.1. Introdução das Key Audit Matters no relatório de auditoria	4
2.2. Determinantes e consequências da divulgação das Key Audit Matters	7
2.3. Dimensões da cultura nacional de Hofstede.....	8
2.4. Impacto da cultura na contabilidade e auditoria.....	10
2.4.1. Power Distance Index (PDI).....	12
2.4.2. Individualism versus Collectivism (IDV).....	13
3. Amostra e Metodologia	14
3.1. Descrição da Amostra.....	14
3.2. Metodologia.....	16
4. Resultados Empíricos	21
4.1. Estatísticas Descritivas	21
4.2. Matriz de Correlação	22
4.3. Análise dos Resultados.....	25
4.4. Análises Adicionais e de Robustez.....	28
4.4.1. Variáveis de controlo: medidas alternativas.....	28

4.4.2. Método de Estimação alternativo: Poisson Truncado	29
4.4.3. Procedimentos de Auditoria	30
5. Conclusão	32
Referências Bibliográficas.....	36
Anexos	45

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA I. COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR PAÍS.....	16
TABELA II. PONTUAÇÕES DAS DIMENSÕES CULTURAIS DE HOFSTEDE PARA OS PAÍSES EM ESTUDO NO ANO DE 2017.....	17
TABELA III. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DA REGRESSÃO	21
TABELA IV. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	22
TABELA V. MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON	24
TABELA VI. <i>VARIANCE INFLATION FACTORS</i> : MODELO SEM A UAI	25
TABELA VII. RESULTADOS DA REGRESSÃO.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS

GLOBE – *Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness Research Program*

IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*

IBM – *International Business Machines*

IDV – *Individualism versus Collectivism*

IFRS – *International Financial Reporting Standard*

IND – *Indulgence versus Restraint*

ISA – *International Standard on Auditing*

KAMs – *Key Audit Matters*

LTO – *Long-Term versus Short-Term Orientation*

MAS – *Masculinity versus Femininity*

OLS – *Ordinary Least Squares*

PCAOB – *Public Company Accounting Oversight Board*

PDI – *Power Distance*

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equity*

UAI – *Uncertainty Avoidance*

ÍNDICE DE ANEXOS

TABELA I. NOVA ESTRUTURA DO RELATÓRIO DO AUDITOR.....	45
TABELA II. CARATERÍSTICAS DAS SOCIEDADES COM VALORES DO ÍNDICE PDI BAIXOS E ELEVADOS.....	46
TABELA III. CARATERÍSTICAS DAS SOCIEDADES COM VALORES DO ÍNDICE IDV BAIXOS E ELEVADOS.....	46
TABELA IV. <i>VARIANCE INFLATION FACTORS</i> : MODELO COM A UAI.....	46
TABELA V. RESULTADOS DA REGRESSÃO: VARIÁVEIS DE CONTROLO ALTERNATIVAS...	48
TABELA VI. RESULTADOS DA REGRESSÃO: POISSON TRUNCADO.....	50
TABELA VII. RESULTADOS DA REGRESSÃO: PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA.....	51

1. INTRODUÇÃO

Durante décadas a profissão de auditoria tem sido afetada por diversas mudanças e vastas controvérsias acerca de questões como a responsabilidade assumida pelos auditores e o seu papel na deteção de fraudes e erros (Cordoş & Fülöp, 2015). Tal problemática agravou-se no início do século XXI com a falência de entidades conhecidas como a Enron, a WorldCom e a Parmalat (Cordoş & Fülöp, 2015). Após estes escândalos financeiros e desde a última crise económica foram vários os atores políticos e económicos que questionaram o papel dos auditores (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2014). Especificamente, criticam a padronização do relatório de auditoria e o facto de se divulgar pouca informação (Bédard et al., 2014). Assim, sendo o objetivo de uma auditoria aumentar o grau de confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras (Jermakowicz, Epstein & Ramamoorti, 2018), houve a necessidade de rever os relatórios de auditoria e de proceder às mudanças necessárias (Cordoş & Fülöp, 2015). Estas mudanças têm em vista reduzir o distanciamento entre o que é divulgado pelas entidades e pelo auditor e o que os utilizadores pretendem (International Auditing and Assurance Standards Board, 2011). Algumas dessas reformulações passaram pelo auditor incluir na sua opinião a aplicação da materialidade e o âmbito da auditoria (Velte, 2018).

Para além das modificações supramencionadas, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) (International Auditing and Assurance Standards Board, 2013) e o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) (Public Company Accounting Oversight Board, 2013) também sugeriram a inclusão das *key audit matters* (KAMs) na opinião do auditor (Bédard et al., 2014; Gimbar, Hansen & Ozlanski, 2016a; Jermakowicz et al., 2018). A divulgação das KAMs exigida pela nova norma *International Standard on Auditing (ISA) 701 - Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report* -, foi publicada em janeiro de 2015, tendo entrado em vigor para as auditorias das demonstrações financeiras de entidades cotadas referentes aos períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016, embora a adoção antecipada também tenha sido permitida (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a). As KAMs são “as matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram mais significativas na auditoria [...]” (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo 8). Isto implica que o auditor analise os riscos de acordo com a ISA 315 - *Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement* - e avalie a

qualidade do sistema de controlo interno da entidade (International Auditing and Assurance Standards Board, 2016). A recente inclusão das KAMs no relatório do auditor redirecionou a atenção dos utilizadores das demonstrações financeiras, de tal modo que estes passaram a focar-se em aspetos que o auditor considerou desafiantes (Public Company Accounting Oversight Board, 2013; Sirois, Bédard & Bera, 2018).

Dado o esforço em direção à convergência das normas de contabilidade e auditoria, tem-se vindo a verificar um maior interesse sobre o impacto da cultura nessas áreas, ao ponto deste tópico ser reconhecido como especialmente relevante, mas ao mesmo tempo controverso (Heidhues & Patel, 2011). De facto, existe uma extensa pesquisa acerca do impacto da cultura nas áreas da contabilidade e auditoria (por exemplo, Akman, 2011; Cowperthwaite, 2010; Heidhues & Patel, 2011; Hope, 2003).

De acordo com Hofstede (2001, página 9), a cultura é “a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo dos de outro”. Atualmente, existem várias estruturas culturais que caracterizam e descrevem culturas, no entanto, a mais utilizada é a desenvolvida por Geert Hofstede (Ghemawat & Reiche, 2011). Tal estrutura trata-se de uma ferramenta útil para analisar o que se pode esperar ao entrar numa nova cultura e quais as diferenças de valor mais pronunciadas (Ghemawat & Reiche, 2011). Estudos anteriores (Archambault & Archambault, 2003; Hope, 2003; Hope, Kang, Thomas & Yoo, 2008; House, Hanges, Javidan, Dorfman & Gupta, 2004; Jaggi & Low, 2000; Zarzeski, 1996) utilizam as dimensões culturais *Power Distance*, *Uncertainty Avoidance*, *Individualism (versus Collectivism)* e *Masculinity (versus Femininity)* desenvolvidas por Hofstede (1980) para estudar a influência da cultura no nível de divulgação.

A presente dissertação visa analisar o impacto da cultura do país de origem da empresa de auditoria na divulgação das KAMs. Desenvolveram-se hipóteses nas quais se espera que a dimensão cultural *Power Distance* se encontre associada negativamente ao número de KAMs e a dimensão *Individualism* se encontre associada positivamente à emissão das KAMs no relatório de auditoria. Para tal, recolheram-se os dados para o ano de 2017 das entidades de interesse público, todas elas cotadas, e auditadas pela Deloitte da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia. A escolha da Deloitte deve-se ao facto desta ser a empresa que, em 2017, gerou o maior volume de negócios e que tinha o maior número de empregados a nível mundial. Para mensurar a cultura utilizaram-se as pontuações das dimensões culturais de Hofstede

divulgadas no ano de 2017. Após a recolha e o tratamento dos dados, estimou-se a regressão que visa analisar o efeito das dimensões culturais *Power Distance* e *Individualism* no rácio entre o número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017 e o número médio de KAMs presentes na amostra. Em consonância com o expectável, os resultados do presente estudo mostram de facto que quanto mais um auditor reconhece e respeita a desigualdade de poder, menos KAMs ele tende a divulgar no relatório de auditoria. Em sentido oposto, a dimensão *Individualism* não foi de encontro ao postulado na respetiva hipótese, visto que os resultados demonstram que o auditor tende a divulgar menos KAMs quando o mesmo tem preferência pelo individualismo. Além disso, características como a dimensão, o número de segmentos de negócios e os honorários de auditoria influenciam positivamente a emissão das KAMs.

Esta investigação contribui para a literatura existente de várias formas. Em primeiro lugar, aborda um assunto bastante recente, uma vez que a introdução das KAMs no relatório do auditor apenas se tornou obrigatória para os períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016. Em segundo lugar, esta dissertação complementa os diversos estudos anteriores desenvolvidos antes da introdução das KAMs acerca do efeito da cultura no nível de divulgação (Archambault & Archambault, 2003; Hope, 2003; Hope et al., 2008; House et al., 2004; Jaggi & Low, 2000; Zarzeski, 1996), já que fornece uma análise do impacto da cultura a partir do momento em que o relatório do auditor deixou de ser padronizado.

Além disso, pesquisas anteriores quando analisaram a cultura, utilizaram várias empresas de auditoria (por exemplo, Nolder & Riley, 2013; Svanberg & Öhman, 2016). Contudo, de acordo com Barrett, Cooper & Jamal (2005) e Bik & Hooghiemstra (2018), tais firmas que operam internacionalmente dependem de políticas e metodologias de auditoria uniformes a fim de garantir a consistência das auditorias em todo o mundo. Deste modo e visto que cada Big 4 tem uma cultura e procedimentos distintos, isolou-se o efeito da pertença a uma rede de empresas de auditoria para se estudar efetivamente o efeito da cultura na divulgação das KAMs. Ou seja, outro dos contributos consiste no facto desta investigação ser a primeira, tanto quanto se sabe, a estudar a relação entre a cultura e a emissão das KAMs, na medida em que fornece uma melhor visão do impacto da cultura visto que se está perante clientes de apenas uma Big 4.

Os resultados deste estudo revestem-se de particular interesse para os reguladores, dado que é importante estes terem em conta que a cultura impacta o que resulta da aplicação da norma por eles elaborada. De facto, este estudo demonstra, à semelhança de Cowperthwaite (2010), que a aplicação da norma em países com culturas diferentes origina resultados diferentes. Além disso, os resultados são úteis para os auditores, na medida em que estes poderão integrar o efeito da cultura no julgamento e tomada de decisão, nomeadamente aquando da formulação das KAMs. Por último, esta pesquisa também é útil para os restantes *stakeholders* visto que estes utilizam a informação financeira, incluindo as KAMs e, por isso, devem considerar que essas KAMs são afetadas não só pela aplicação das normas de auditoria como também pelo efeito da cultura.

Este artigo responde ao pedido de mais pesquisas sobre o efeito da cultura no comportamento dos auditores em relação à divulgação de KAMs (Pinto & Morais, 2019).

O restante da dissertação é organizado da seguinte forma. A próxima secção diz respeito à revisão de literatura sobre a introdução das KAMs no relatório do auditor e os seus determinantes e consequências. Além disso, é abordada a teoria das dimensões culturais de Hofstede e o impacto da cultura na contabilidade e auditoria. A terceira secção apresenta a amostra e a metodologia utilizada. Finalmente, são apresentados os resultados, seguidos de uma secção de conclusões, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. *Introdução das Key Audit Matters no relatório de auditoria*

O relatório de auditoria é a principal fonte de comunicação entre o auditor de uma entidade e os seus acionistas, fornecedores, clientes, Governo e seus departamentos, entre outros utilizadores das demonstrações financeiras (CNC, 2003). Até à entrada em vigor do novo relatório de auditoria, isto é, para as auditorias de demonstrações financeiras para períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016, aquele fornecia poucas informações para além da opinião do auditor acerca das demonstrações financeiras estarem preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável (Gutierrez, Minutti-Meza, Tatum & Vulcheva, 2018).

Após a crise financeira de 2008 e devido aos pedidos por parte de investidores e de outros utilizadores das demonstrações financeiras, o legislador europeu e o *International*

Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) emitiram, respetivamente, regulamentos e normas de auditoria que alteraram a estrutura e o conteúdo do relatório do auditor (Deloitte, 2018; Jermakowicz et al., 2018). Esta mudança teve como objetivo aumentar o valor comunicativo o que, por sua vez, veio possibilitar uma maior transparência sobre a auditoria. Assim, a confiança do público no processo de auditoria e nas demonstrações financeiras das entidades saiu reforçada (Ernst & Young, 2016).

O novo relatório do auditor teve várias alterações, tais como a divulgação do nome do *partner* do trabalho e a secção da opinião do auditor dever ser apresentada no início do relatório (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015b). Além destas mudanças, em 2014, o International Auditing and Assurance Standards Board adotou a *International Standard on Auditing (ISA) 701 – Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor’s Report*, aplicável apenas a auditorias de entidades cotadas (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a). A Tabela I - Anexos descreve a nova estrutura do relatório do auditor. Contudo, alguns países europeus, como o Reino Unido e a Holanda, decidiram adotar antecipadamente as novas normas de auditoria, a fim de disporem de um maior período de tempo para a sua implementação efetiva (Association of Chartered Certified Accountants, 2018). No Reino Unido, as novas normas tornaram-se efetivas para períodos com início em ou após 1 de outubro de 2012 e no caso da Holanda, para períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2014 (Ernst & Young China, 2016). Além disso, em França, desde 2003, os auditores são obrigados a divulgar as “*Justification of Assessments*” (JOA), que são semelhantes às KAMs, tornando a ideia de divulgação das KAMs como não sendo totalmente original (Bédard et al., 2014). Bédard et al. (2014) concluíram que as divulgações adicionais pelos auditores não têm conteúdo informativo nem afetam as principais características da auditoria (qualidade, eficiência e custo). Além disso, Bédard et al. (2014) referem que existe a possibilidade do efeito da introdução das KAMs ter valor limitado em países semelhantes. Por outro lado, pesquisas anteriores como por exemplo, a de Cordoş & Fülöp (2015), mostraram evidência de que a introdução das KAMs e a sua aplicabilidade têm um efeito positivo no processo do relatório de auditoria.

Além disso, no mesmo ano em que a ISA foi adotada, a União Europeia (UE) adotou novos requisitos para os relatórios de auditoria. Assim, com a publicação do regulamento da UE nº 537/2014, a aplicação da ISA 701 estendeu-se para as auditorias

de entidades de interesse público¹, a fim de incluir no relatório uma descrição dos riscos mais significativos de distorções relevantes (European Parliament and European Council, 2014; Jermakowicz et al., 2018). Também, é necessária uma declaração em como o auditor permaneceu independente da entidade auditada e a divulgação do mandato do auditor (European Parliament and European Council, 2014; Jermakowicz et al., 2018).

A ISA 701 inclui um novo requisito para os auditores que se trata da obrigação de comunicarem as *key audit matters* (KAMs) numa secção separada do relatório de auditoria (Christensen, Glover & Wolfe, 2014; Jermakowicz et al., 2018). Os objetivos do auditor tratam-se de determinar as KAMs e, após formar uma opinião acerca das demonstrações financeiras, deve comunicar essas KAMs e descrevê-las no relatório (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo 7). A definição de KAMs é retratada nesta ISA como as matérias que, no julgamento profissional do auditor, foram as de maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente, isto é, requerem uma atenção especial na execução da auditoria (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo 8). As áreas mais suscetíveis de serem reportadas como KAMs são o reconhecimento das receitas, a imparidade de ativos, a imparidade de *goodwill*, os impostos sobre o rendimento, as contingências e as combinações de negócios (Ernst & Young, 2016).

No processo de identificação das KAMs que exigiram atenção significativa, o auditor deve considerar: (a) áreas de risco elevado de distorção material ou em situações mais graves, consideradas como áreas de risco significativo; (b) julgamentos

¹ De acordo com a lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, são qualificadas como entidades de interesse público: a) Os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado; b) As instituições de crédito que estejam obrigadas à revisão legal das contas; c) Os fundos de investimento mobiliário previstos no regime jurídico dos organismos de investimento coletivo; d) Os fundos de investimento imobiliário previstos no regime jurídico dos fundos de investimento imobiliário; e) As sociedades de capital de risco e os fundos de capital de risco; f) As sociedades de titularização de créditos e os fundos de titularização de créditos; g) As empresas de seguros e de resseguros; h) As sociedades gestoras de participações sociais, quando as participações detidas, direta ou indiretamente, lhes confirmam a maioria dos direitos de voto nas instituições de crédito referidas na alínea b); i) As sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros e as sociedades gestoras de participações mistas de seguros; j) Os fundos de pensões; l) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a (euro) 50 000 000, ou um ativo líquido total superior a (euro) 300 000 000.

significativos produzidos pelo auditor relativos a áreas das demonstrações financeiras que envolveram julgamento significativo do órgão de gestão, nomeadamente as estimativas contabilísticas que tenham elevada incerteza de estimação; (c) o efeito na auditoria de acontecimentos e transações significativas que ocorreram durante o período (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo 9).

2.2. Determinantes e consequências da divulgação das Key Audit Matters

Uma vez que o número de KAMs a incluir no relatório de auditoria depende do julgamento do auditor, é relevante determinar que fatores influenciam o comportamento do auditor (Pinto & Morais, 2019). Existem várias razões pelas quais é importante identificar os determinantes do número de KAMs, como por exemplo, o facto dos utilizadores dedicarem menos atenção a outras partes das demonstrações financeiras, quando o relatório de auditoria possui várias KAMs (Sirois et al., 2018). Adicionalmente, como as KAMs são mais concisas e confiáveis do que as outras divulgações, constata-se que existe um efeito de substituição por parte dos utilizadores (Christensen et al., 2014; Sirois et al., 2018).

O número de KAMs a ser incluído no relatório do auditor varia consoante o tamanho e a complexidade da entidade, a natureza dos negócios e do ambiente, e os factos e circunstâncias do trabalho de auditoria (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo A30). Pinto & Morais (2019) realizaram um estudo, cujo objetivo consistia em determinar os fatores que influenciam o número de KAMs que os auditores divulgam e concluíram que o número de segmentos de negócios, os honorários de auditoria, o nível de precisão de normas contabilísticas e o tamanho, levam à divulgação de um maior número de KAMs. Por outro lado, também verificaram que o número de KAMs divulgadas é menor quando se trata de uma instituição financeira. Além disso, Sierra-García, Gambetta, García-Benau & Orta-Pérez (2019) mostraram que as características do auditor assim como as do cliente, determinam o número e tipo de KAMs.

Olhando para a literatura académica constata-se que existe uma linha de investigação que encontrou evidências que suportam a existência de um impacto do risco de litigância no número de KAMs divulgadas pelos auditores (Pinto & Morais, 2019). Gimbar, Hansen & Ozlanski (2016b) revelam um aumento da responsabilidade do auditor quando os padrões contabilísticos são precisos ou quando o auditor divulga procedimentos adicionais em resposta a riscos mais altos. Adicionalmente, a

responsabilidade do auditor é maior quando este divulga uma KAM não relacionada comparativamente à divulgação de uma KAM relacionada (Kachelmeier, Schmidt & Valentine., 2014). As KAMs não relacionadas são áreas de auditoria de alto risco que não estão conectadas a nenhuma suposta distorção ao passo que, as KAMs relacionadas se encontram associadas (Gimbar et al., 2016a).

2.3. Dimensões da cultura nacional de Hofstede

Para além dos fatores específicos dos auditores e das entidades auditadas, também os fatores culturais e institucionais podem influenciar os julgamentos e decisões dos auditores sobre a divulgação das KAMs (Pinto & Morais, 2019).

A cultura é “a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo dos de outro” (Hofstede, 2001, página 9). Com o objetivo de estudar a forma como os valores no ambiente de trabalho são influenciados pela cultura, Hofstede (1980) obteve acesso a um banco de dados de pesquisa sobre valores e sentimentos comuns entre funcionários de subsidiárias locais em mais de 50 países, de uma grande entidade multinacional, a *International Business Machines* (IBM) (Hofstede, 1980). Assim, de acordo com Hofstede (2011), através da utilização de uma técnica estatística de análise fatorial, foram identificados problemas comuns entre os diversos países, os quais têm diferentes soluções para os combater. Os problemas identificados foram semelhantes às questões analíticas padrão de Inkeles & Levinson (1969) e representam as dimensões culturais nacionais (Hofstede, 2011), sendo estes:

1. Dependência de superiores;
2. Necessidade de regras e previsibilidade;
3. Equilíbrio entre os objetivos individuais e a dependência da entidade; e,
4. Equilíbrio entre os valores do ego e os valores sociais.

O primeiro problema identificado representa a dimensão *Power Distance Index* (PDI), que expressa o grau em que os membros menos poderosos das organizações e instituições aceitam e esperam que o poder seja distribuído de forma desigual (Hofstede, 2011; Hofstede & McCrae, 2004). O segundo descreve a *Uncertainty Avoidance Index* (UAI) que reflete o grau em que os membros de um país se sentem desconfortáveis com a incerteza e a ambiguidade de certas situações (Hofstede, 2011; Hofstede & McCrae, 2004). O terceiro caracteriza o *Individualism versus Collectivism* (IDV) que se trata do grau de integração das pessoas em grupos numa sociedade (Hofstede, 2011; Hofstede &

McCrae, 2004). Por último, o quarto representa a *Masculinity versus Femininity* (MAS) que se refere à distribuição de valores entre os géneros (Hofstede, 2011; Hofstede & McCrae, 2004).

As quatro dimensões culturais supramencionadas agregam as respostas comuns às condições sociais sentidas pelas pessoas nas várias culturas e são independentes, isto é, a existência de uma determinada característica numa cultura, não impede a observância de outra (Cowperthwaite, 2010).

Posteriormente, Michael Harris Bond, acrescentou uma quinta dimensão cultural que é a *Long-Term versus Short-Term Orientation* (LTO) (Hofstede, 2001; Hofstede & Bond, 1988). A *Long-Term Orientation* diz respeito à orientação de uma sociedade para eventos futuros e a *Short-Term Orientation* refere-se à orientação para eventos passados e atuais (Hofstede, 2011). Além disso, Michael Minjov, adicionou uma sexta dimensão que é a *Indulgence versus Restraint* (IND) (Hofstede, Hofstede & Minkov, 2010). Por um lado, a *Indulgence* representa uma sociedade que permite a satisfação relativamente livre de desejos humanos básicos e naturais e, por outro, a *Restraint* representa uma sociedade que controla a satisfação das necessidades e a regula através de normas sociais rígidas (Hofstede, 2011).

Ao longo dos últimos 40 anos, o estudo de Hofstede foi replicado por outros estudiosos, que obtiveram as mesmas conclusões, embora tivessem analisado outros grupos, que não pertenciam à IBM (Cowperthwaite, 2010). A título de exemplo, o projeto da *Global Leadership e Organizational Behavior Effectiveness* (GLOBE) é um desses estudos que valida a teoria das dimensões culturais de Hofstede, dado que, apesar de se tratar de adicionar novas dimensões às cinco dimensões culturais de Hofstede, os resultados do projeto vão de encontro aos obtidos por Hofstede (Hofstede, 2011; House et al., 2004). Assim, embora a pesquisa de Hofstede seja baseada em dados de há cerca de 40 anos, as pontuações das dimensões culturais fornecem uma representação precisa das posições dos países (Hofstede, 2011).

Atualmente, a estrutura mais utilizada para categorizar as culturas nacionais é a desenvolvida por Hofstede (Ghemawat & Reiche, 2011), a qual, mediante uma pontuação para cada dimensão, posiciona cada país face aos restantes (Hofstede, 2011). Desta forma, através das pontuações médias de cada cultura nacional, Hofstede desenvolveu perfis

culturais nacionais com o objetivo de comparar culturas e destacar diferenças entre elas (Ghemawat & Reiche, 2011).

2.4. *Impacto da cultura na contabilidade e auditoria*

A convergência internacional quer ao nível da contabilidade quer ao da auditoria despertaram um maior interesse acerca da influência da cultura nessas áreas (Heidhues & Patel, 2011). O crescente número de países que adotam as *International Financial Reporting Standards* (IFRSs) e a crescente aceitação das *International Standards on Auditing* (ISAs) levaram a um maior interesse por parte dos pesquisadores (Heidhues & Patel, 2011). As IFRSs e as ISAs dependem dos julgamentos profissionais e existe evidência de que estes julgamentos profissionais são influenciados pelos valores culturais dos contabilistas e auditores (Cowperthwaite, 2010; Heidhues & Patel, 2011).

O processo de auditoria e o produto final são afetados pelas características individuais do auditor mais concretamente, a inteligência do auditor, a educação, a abordagem da ética e os valores culturais (Cowperthwaite, 2010). Como o julgamento profissional do auditor e a sua comunicação são fatores significativos na auditoria, a forma como o fazem é afetada pela cultura do país de origem do mesmo (Cowperthwaite, 2010; Heidhues & Patel, 2011; Naslmosavi, Sofian & Saat, 2014). Além disso, Bik & Hooghiemstra (2016) sugerem que a cultura define como os auditores vêm as suas posições, os seus relacionamentos, os papéis dos restantes membros da equipa e a forma como agem perante os diferentes pontos de vista, o que pode estar associado a diferenças no envolvimento do auditor. Consequentemente, apesar dos auditores cumprirem os mesmos padrões globais, existem diferenças entre os relatórios de auditoria realizados por auditores de culturas diferentes (Cowperthwaite, 2010). Estudos adicionais indicaram ainda que a cultura influencia o nível de divulgação (Archambault & Archambault, 2003) e a opinião do auditor (Naslmosavi et al., 2014).

Com base nas quatro dimensões culturais de Hofstede – *Power Distance Index*, *Uncertainty Avoidance Index*, *Individualism versus Collectivism* e *Masculinity versus Femininity* -, Gray (1988) desenvolveu uma estrutura na qual supôs que tais dimensões determinam os valores contabilísticos e sugere que estes valores podem ser usados para explicar e prever diferenças internacionais nos sistemas contabilísticos e nos padrões de desenvolvimento contabilísticos internacionais. Mais concretamente, Gray (1988) identificou os valores contabilísticos e definiu-os da seguinte forma:

1. Profissionalismo *versus* Controlo estatutário, refere-se à preferência pelo exercício do julgamento profissional individual em oposição ao cumprimento dos requisitos legais prescritivos e do controlo estatutário;

2. Uniformidade *versus* Flexibilidade, reflete a preferência pela aplicação de práticas contabilísticas uniformes entre as entidades em oposição à flexibilidade no uso de práticas contabilísticas de acordo com as circunstâncias específicas da entidade;

3. Conservadorismo *versus* Otimismo, representa a preferência por uma abordagem cautelosa de mensuração em oposição a uma abordagem mais otimista; e,

4. Transparência *versus* Sigilo, refere-se à preferência pela confidencialidade e a restrição de divulgação de informações em oposição a uma abordagem mais transparente, aberta e publicamente responsável.

Gray (1988) associou o valor contabilístico Sigilo *versus* Transparência às dimensões culturais *Power Distance Index*, *Uncertainty Avoidance Index* e *Individualism versus Collectivism* de Hofstede. Além disso, a estrutura de Gray cresceu significativamente e alcançou uma posição dominante na pesquisa contabilística (Heidhues & Patel, 2011) pois são vários os autores que invocam e testam esta estrutura (Askary, 2006; Salter & Niswander, 1995; Braun & Rodriguez, 2008; Chanchani & Willett, 2004; Hope, 2003).

Assim, as dimensões culturais de Hofstede serviram de base para vários estudos transculturais em auditoria (Cowperthwaite, 2010). De acordo com Cowperthwaite (2010), as dimensões *Power Distance Index* (PDI), *Uncertainty Avoidance Index* (UAI)² e *Individualism versus Collectivism* (IDV) são relevantes para a profissão de auditoria dado que poderão ter uma influência sobre a aplicação das normas de auditoria.

Nas subsubsecções seguintes abordar-se-ão as características das dimensões culturais PDI e IDV, o seu impacto na auditoria e a relação esperada entre tais dimensões e o número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria.

² De acordo com a Tabela IV – Anexos, é possível verificar que a variável *Uncertainty Avoidance* (UAI) apresenta um valor do VIF (*Variance Inflation Factors*) de 10,40 pelo que poder-se-á estar na presença do problema da multicolinearidade. De facto, Hair, Black, Babin & Anderson (2010) refere que o VIF não deve exceder o valor 10 e, por esse motivo, a variável UAI não foi introduzida no modelo.

2.4.1. *Power Distance Index (PDI)*

A dimensão *Power Distance* expressa a forma de uma cultura lidar com a distribuição desigual do poder entre os membros de uma sociedade, da perspectiva dos membros menos poderosos (Hofstede, 2011).

Os valores do índice PDI variam entre um e 100, correspondendo a um baixo grau de *Power Distance* e a um elevado grau de *Power Distance*, respetivamente (Cowperthwaite, 2010). Os países da Europa Oriental, Latina, Ásia e África tendem a ter valores do índice mais elevados logo, as pessoas reconhecem e respeitam a diferença de poder (Cowperthwaite, 2010; Hofstede et al., 2010). Tendo em conta que a dimensão PDI desempenha um papel significativo no comportamento de liderança (Dickson, Den Hartog & Mitchelson, 2003), os líderes de países com um maior índice PDI têm uma menor disposição para partilhar o poder de decisão (Newbury & Yakova, 2006) e dependem mais de regras e procedimentos formais (Smith, Peterson & Schwartz, 2002). Neste tipo de culturas há menos liberdade na tomada de decisões (Arnold, Bernardi, Neidermeyer & Schmee, 2007) pois há uma preferência pela padronização das atividades (Newbury & Yakova, 2006). Assim sendo, nas equipas de auditoria de países com um PDI elevado, a estrutura de tomada de decisão é centralizada (Cowperthwaite, 2010).

Por outro lado, os países ocidentais germânicos e de língua inglesa tendem a apresentar valores do índice mais baixos, o que significa que as pessoas trabalham para igualar a distribuição de poder (Cowperthwaite, 2010; Hofstede et al., 2010). Deste modo, nas equipas de auditoria de países com um PDI baixo, a estrutura de tomada de decisão é descentralizada (Cowperthwaite, 2010).

As desigualdades entre os profissionais da equipa de auditoria e entre os clientes e os auditores são relevantes para a auditoria (Cowperthwaite, 2010). É provável que as pessoas de culturas com valores dos índices distintos abordem os requisitos das ISAs de forma diferente como é o caso da comunicação entre as pessoas com diferentes graus de autoridade (Cowperthwaite, 2010). Em determinados países, a comunicação é posta em causa pois não é permitido comunicar diretamente com os superiores (Cowperthwaite, 2010). Além disso, as ISAs exigem uma discussão do planeamento entre os membros da equipa, o que não é possível em determinadas culturas (Cowperthwaite, 2010).

A Tabela II - Anexos apresenta as características das sociedades com valores do índice PDI baixos e elevados.

De acordo com a abordagem de Gray (1988), quanto maior é a dimensão PDI, mais provável é, um país, ter uma classificação elevada em termos de sigilo a fim de preservar as desigualdades de poder. Assim, é expectável que, em culturas altamente sigilosas, o nível de divulgação de informação seja menor. Consequentemente, no caso dos auditores, existirá a tendência para eles divulgarem um menor número de áreas relevantes de risco (menos KAMs) nos relatórios de auditoria. Deste modo, formula-se a seguinte hipótese:

H1: O nível de Power Distance e o número de key audit matters divulgadas encontram-se negativamente associados.

2.4.2. *Individualism versus Collectivism (IDV)*

A dimensão *Individualism versus Collectivism* trata-se de uma característica social que indica o grau em que os indivíduos cuidam de si mesmos ou permanecem integrados em grupos, ou seja, revela até que ponto uma cultura espera que os indivíduos atuem de forma independente em vez de se envolverem num estilo de vida coletivo (Hofstede, 2011).

Os valores do índice IDV variam entre um e 100, correspondendo ao coletivismo e ao individualismo, respetivamente (Cowperthwaite, 2010). Um elevado IDV que consiste numa cultura ver a independência como uma característica positiva e não salientar a lealdade a grupos sociais, tende a estar presente nos países desenvolvidos e ocidentais (Cowperthwaite, 2010; Hofstede, 2011). Desta forma, em culturas individualistas, espera-se que as pessoas cuidem de si mesmas e da sua família direta (Cowperthwaite, 2010; Hofstede, 2011).

No entanto, um baixo IDV que significa que uma cultura considera a dependência de um grupo como uma característica positiva e destaca a lealdade a grupos sociais, tende a prevalecer nos países menos desenvolvidos e orientais (Cowperthwaite, 2010; Hofstede, 2011). Assim, em culturas coletivistas, as pessoas são integradas em grupos fortes e coesos que na maioria das vezes, são famílias alargadas que as protegem em troca de lealdade (Cowperthwaite, 2010; Hofstede, 2011).

Como existem diferenças culturais nos relacionamentos entre os indivíduos e os grupos com os quais interagem, essas diferenças podem ter implicações significativas nas relações entre os membros da equipa de auditoria e entre o auditor e o cliente (Cowperthwaite, 2010). Nas culturas coletivistas, a contratação de parentes pode ser comum, o que não acontece nas culturas individualistas (Cowperthwaite, 2010). Neste

sentido, quando existem revisões do trabalho de membros menos experientes por membros com mais experiência, caso haja uma relação familiar entre o revisor e o membro menos experiente, a imparcialidade da revisão poderá ser posta em causa (Cowperthwaite, 2010). Além disso, os auditores individualistas são orientados para a tarefa de modo a atingirem determinados objetivos ao passo que, os auditores coletivistas são orientados para o relacionamento no sentido de se preocuparem com o bem-estar e a satisfação dos membros da equipa (Cowperthwaite, 2010).

É relevante salientar que as normas de auditoria estabelecem os riscos de auditoria associados às transações com partes relacionadas (Cowperthwaite, 2010). Contudo, vários países preferem as transações com a família ou em grupo por serem baseadas numa relação de confiança, o que leva a que os profissionais locais desses países tenham dificuldade na aplicação dos requisitos das normas (Cowperthwaite, 2010). Por outro lado, são vários os países onde há uma valorização das opiniões individuais e é provável que nesses países, os padrões de comunicação dentro dos grupos sejam diferentes daqueles onde o consenso do grupo é mais importante (Cowperthwaite, 2010).

A Tabela III - Anexos apresenta as características das sociedades com valores do índice IDV baixos e altos.

De acordo com Gray (1988), quanto mais baixo é o *Individualism* (ou seja, trata-se de uma cultura coletivista) mais provável é, um país, ter uma classificação elevada em termos de sigilo pois existe uma maior preocupação por aqueles intimamente envolvidos com a entidade e não com os externos. É expectável que, em culturas com elevado sigilo, o nível de divulgação de informação seja menor. Consequentemente, no caso dos auditores, existirá a tendência para eles divulgarem um menor número de áreas relevantes de risco (menos KAMs) nos relatórios de auditoria. Assim sendo, quanto mais elevado é o nível de *Individualism*, maior é a tendência dos auditores para divulgarem um maior número de KAMs, o que leva à formulação da seguinte hipótese:

H2: O nível de Individualism e o número de key audit matters divulgadas encontram-se positivamente associados.

3. AMOSTRA E METODOLOGIA

3.1. Descrição da Amostra

A amostra utilizada neste estudo contém as entidades de interesse público, todas elas cotadas, e auditadas pela Deloitte da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda,

Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia. A escolha de entidades de capital aberto deveu-se ao facto destas divulgarem significativamente mais informações (Archambault & Archambault, 2003; Hope, 2003; Inchausti, 1997), as quais se encontram mais disponíveis. Além disso, foram escolhidas entidades auditadas por uma Big 4, neste caso a Deloitte, uma vez que segundo DeAngelo (1981), Francis & Yu (2009) e Hope et al. (2008), quanto maior é a dimensão da empresa de auditoria, maior é a qualidade do trabalho do auditor. Além disso, a escolha de apenas uma Big 4 também se deve ao facto de se pretender eliminar o efeito que diversas redes e consequentemente, diferentes práticas de auditoria pode ter na emissão das KAMs. Dentro do leque das Big 4, escolhi a Deloitte pelo facto desta ser a empresa que, em 2017, gerou o maior volume de negócios (36.021 012.257,15 euros) e que tinha o maior número de empregados (286.200) a nível mundial.

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos através de três fontes: (a) da base de dados *Thomson Reuters Datastream*, da qual se extraiu os dados relativos às características da entidade e do auditor tais como a dimensão (total do ativo), o EBIT (*Earnings Before Interests and Taxes*), o grau de alavancagem, os honorários de auditoria, os segmentos de negócio e, ainda, tratar-se de uma instituição financeira ou não; (b) dos relatórios de auditoria do período findo a 31 de dezembro de 2017, dos quais se recolheu manualmente as informações sobre o número de KAMs; e, (c) da ferramenta de comparação de países de Hofstede *Insights*, da qual se obteve as pontuações para cada uma das duas dimensões culturais (*Power Distance* e *Individualism*) de Hofstede, atribuídas aos vários países. De seguida, passo a explicar as etapas percorridas até se obter a amostra final.

Inicialmente foram recolhidas as entidades cotadas dos países acima mencionados através da base de dados *Thomson Reuters Datastream*, o que resultou numa amostra inicial de 13.037 entidades. De seguida, tendo em conta estas entidades, selecionou-se aquelas que foram auditadas pela Deloitte em 2017 com base nos seus relatórios de transparência de 2018, o que permitiu reduzir a amostra para 477 entidades. No entanto, dado que o *Thomson Reuters Datastream* não disponibilizou informação sobre algumas variáveis para determinadas entidades ou pelo facto de algumas não seguirem as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) ou não disponibilizarem os relatórios de auditoria na língua inglesa (à exceção de Portugal) ou, ainda os seus

relatórios de auditoria não serem do período findo a 31 de dezembro de 2017, a amostra ficou reduzida a 212 entidades. Além disso, tendo em conta que algumas destas entidades operam em países cuja moeda utilizada é, no caso do Reino Unido, a libra e, no caso da Suécia, a coroa sueca, foi necessário realizar a conversão para a moeda euro com base na taxa de câmbio de 29 de dezembro de 2017³ do Banco de Portugal. Por fim, de forma a evitar resultados enviesados, eliminaram-se os *outliers* - abaixo do percentil 1 e acima do percentil 99 - das variáveis respeitantes à dimensão, à rendibilidade e aos honorários de auditoria, o que culminou numa amostra final de 200 entidades.

A Tabela I. diz respeito à composição da amostra por país. Os países com maior representatividade no total da amostra são o Reino Unido, com 24,00% das observações, seguido da França, com 18,50%.

TABELA I. COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA POR PAÍS

País	N. ° de Observações	Percentagem (%)
Alemanha	15	7,50%
Bélgica	16	8,00%
Espanha	20	10,00%
França	37	18,50%
Holanda	11	5,50%
Irlanda	4	2,00%
Itália	20	10,00%
Portugal	4	2,00%
Reino Unido	48	24,00%
Suécia	25	12,50%
Total	200	100,00%

3.2. Metodologia

Com base na revisão de literatura apresentada anteriormente e para atingir o objetivo definido que consiste em testar a relação entre as duas dimensões culturais (PDI e IDV) e o número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria, desenvolveu-se o seguinte modelo:

³ A conversão baseou-se na taxa de câmbio à data de 29 de dezembro de 2017 ao invés da correspondente ao dia 31 de dezembro de 2017 pelo facto da primeira corresponder ao último dia útil antes do final do ano.

$$(1) KAM_i = \beta_0 + \beta_1 PDI_i + \beta_2 IDV_i + \beta_3 SIZE_i + \beta_4 PROFITABILITY_i + \beta_5 LEVERAGE_i + \beta_6 SEGMENT_i + \beta_7 INDFIN_i + \beta_8 AUDITFEES_i + \varepsilon_i$$

Para definir a variável dependente *KAM*, optou-se por recorrer à abordagem utilizada por Pinto & Morais (2019) que consiste no rácio entre o número de *KAMs* divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017 e o número médio de *KAMs* presentes na amostra.

Relativamente às variáveis de interesse *Power Distance* (*PDI*) e *Individualism* (*IDV*), estas foram introduzidas no modelo para estudar o impacto da cultura na divulgação das *KAMs*. Especificamente, a variável *PDI* mede o grau em que uma cultura lida com a distribuição desigual do poder e a variável *IDV* mede o grau em que as pessoas são independentes (individualismo) ou são organizadas em grupos fortes (coletivismo) (Hofstede, 2011). Para obter estas duas variáveis, recorreu-se à ferramenta de comparação de países de Hofstede *Insights*, da qual se retirou as pontuações de ambas as dimensões culturais de Hofstede para os países presentes na amostra. Tal como explicado na formulação das hipóteses, espera-se que a variável *PDI* apresente uma associação negativa com o número de *KAMs* e a variável *IDV* apresente uma associação positiva com o número de *KAMs* divulgadas no relatório de auditoria.

A Tabela II apresenta as pontuações das dimensões culturais *PDI* e *IDV* para os países em estudo no ano de 2017. Estas pontuações provêm da ferramenta de comparação de países de Hofstede *Insights* (Hofstede Insights, 2017). De acordo com as pontuações, é possível verificar que o país com uma maior e menor *PDI* é a França e a Irlanda, respetivamente. Além disso, o país mais individualista é o Reino Unido e o país mais coletivista é Portugal (Hofstede Insights, 2017).

TABELA II. PONTUAÇÕES DAS DIMENSÕES CULTURAIS DE HOFSTED E PARA OS PAÍSES EM ESTUDO NO ANO DE 2017

País	<i>Power Distance (PDI)</i>	<i>Individualism (IDV)</i>
Alemanha	35	67
Bélgica	65	75
Espanha	57	51
França	68	71
Holanda	38	80
Irlanda	28	70
Itália	50	76

Portugal	63	27
Reino Unido	35	89
Suécia	31	71

No que diz respeito à explicação das variáveis de controlo incluídas no modelo e com base na literatura anterior, Pinto & Morais (2019) e Sierra-García et al. (2019) sugerem que as características do cliente são relevantes para o nível de divulgação das KAMs no relatório de auditoria. Assim sendo, características específicas do cliente como a dimensão (*SIZE*), a rentabilidade (*PROFITABILITY*), o grau de alavancagem (*LEVERAGE*), o número de segmentos de negócio (*SEGMENT*) e o facto de se tratar de uma instituição financeira ou não (*INDFIN*), foram controladas neste estudo (Ahmed & Courtis, 1999; Akman, 2011; Archambault & Archambault, 2003; Bédard et al., 2014, Gutierrez et al., 2018; Hope, 2003; Hope et al., 2008; Jaggi & Low, 2000; Pinto & Morais, 2019; Sierra-García et al., 2019; Wallace, Naser & Mora, 1994; Zarzeski, 1996).

Mais detalhadamente, a variável *SIZE* representa a dimensão da entidade e é expressa em milhares de euros. Quando a moeda utilizada não é o euro como é o caso do Reino Unido e da Suécia, os números foram convertidos usando a taxa de câmbio de fim de ano, tal como foi explicado na secção 3.1. Em consonância com Akman (2011), Archambault & Archambault (2003), Bédard et al., 2014, Pinto & Morais (2019) e Sierra-García et al. (2019), optou-se por medir a dimensão através do total do ativo e, de seguida, procedeu-se à transformação logarítmica do mesmo. No entanto, existem outras formas de medir a dimensão tais como a capitalização bolsista (Gutierrez et al., 2018; Hope et al., 2008), o número de empregados (Ahmed & Courtis, 1999) e o total das vendas (Ahmed & Courtis, 1999; Hope, 2003; Wallace et al., 1994). Estudos anteriores como Ahmed & Courtis (1999), Akman (2011), Archambault & Archambault (2003), Jaggi & Low (2000), Pinto & Morais (2019), Wallace et al. (1994) e Zarzeski (1996) mostraram que a variável *SIZE* tem um impacto positivo no nível de divulgação. É expectável que esta variável esteja relacionada com a complexidade da auditoria e, por sua vez, com a quantidade de esforço que um auditor deve exercer para produzir uma auditoria de qualidade (Hope et al., 2008; Pinto & Morais, 2019). Assim, os auditores de grandes entidades tendem a divulgar um maior número de KAMs e esta relação pode-se dever ao facto das entidades de maior dimensão serem mais complexas e consequentemente, exigirem mais trabalho por parte dos auditores, o que por sua vez, irá representar um

maior risco para a responsabilidade do auditor (Pinto & Morais, 2019). Outras explicações possíveis para as grandes entidades divulgarem mais podem ser para reduzir a pressão política ou porque têm mais recursos ou ainda, pelo facto de terem custos de agência mais elevados (Akman, 2011; Archambault & Archambault, 2003).

Outra das variáveis de controlo utilizada no modelo trata-se de uma medida de rendibilidade das entidades, a *PROFITABILITY*. Neste estudo, optou-se por utilizar a abordagem de Pinto & Morais (2019), onde *PROFITABILITY* representa o rácio entre o EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*) e o total do ativo. Contudo, também é possível mensurar esta variável através do ROA (Rendibilidade do Ativo) (Bédard et al., 2014; Gutierrez et al., 2018) e do ROE (Rendibilidade do Capital Próprio) (Hope et al., 2008). Diversos pesquisadores defendem que existe uma relação negativa entre a rendibilidade das entidades e o número de KAMs divulgadas devido ao facto das entidades com uma maior rendibilidade tenderem a ter uma menor probabilidade de inadimplência e a receber uma opinião de auditoria não qualificada (Beasley, Carcello & Hermanson, 1999; Laitinen & Laitinen, 1998; Loebbecke, Eining & Willingham, 1989). Além disso, de acordo com Pinto & Morais (2019), as entidades com menor rendibilidade têm tendência para utilizar uma contabilidade criativa e conseqüentemente, pode aumentar a probabilidade de receberem uma opinião de auditoria qualificada ou a divulgação de um maior número de KAMs. Por outro lado, Akman (2011) e Gambetta et al. (2017) concluem que a variável *PROFITABILITY* tem um efeito positivo na divulgação financeira.

Dado o efeito que o endividamento tem na divulgação das KAMs, introduziu-se no modelo a variável *LEVERAGE*, mensurada através do rácio *debt-to-assets* (ou seja, rácio entre o total da dívida e o total do ativo), sendo este expresso em percentagem. De acordo com Sierra-García et al. (2019), esta variável tem um efeito negativo sobre o número de KAMs divulgadas. Além disso, Hope (2003) e Zarzeski (1996) demonstraram que a divulgação diminui com a alavancagem. Por outro lado, Ahmed & Courtis (1999), Jaggi & Low (2000) e Wallace et al. (1994) concluem que a divulgação aumenta com a alavancagem.

Além disso, também se incluiu no modelo a variável *SEGMENT* que representa o número de segmentos de negócio de uma entidade que varia entre um e 10. Espera-se que as entidades com um maior número de segmentos de negócio tendem a divulgar mais

KAMs, tal como evidenciado nos resultados de Pinto & Morais (2019). Quanto mais complexo for o cliente (maior número de segmentos de negócio), maior risco terá o auditor e, conseqüentemente, terá tendência para divulgar um maior número de KAMs para reduzir a sua responsabilidade e manter a sua reputação.

Para além das variáveis de controlo já descritas, incluiu-se ainda, uma variável *dummy INDFIN* que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário. Estudos anteriores (Ghosh, Jarva & Ryan, 2017; Pinto & Morais, 2019) argumentam que os auditores de instituições financeiras podem eventualmente realizar um trabalho menos extenso do que em outras entidades, uma vez que as instituições financeiras são mais regulamentadas e supervisionadas. Assim sendo, espera-se que os auditores tendam a divulgar menos KAMs quando a entidade se trata de uma instituição financeira.

Finalmente, também as características do auditor são determinantes do número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria (Pinto & Morais, 2019; Sierra-García et al., 2019). De acordo com DeAngelo (1981), Francis & Yu (2009) e Hope et al. (2008), a qualidade da auditoria aumenta com o tamanho do auditor. Neste caso, a empresa de auditoria não foi introduzida no modelo uma vez que o estudo diz respeito apenas a clientes de uma Big 4. Desta forma, apenas a variável *AUDITFEES* foi considerada no modelo e representa os honorários de auditoria, expressa em milhares de euros. Tal como na variável *SIZE*, quando a moeda utilizada não é o euro como é o caso do Reino Unido e da Suécia, os números foram convertidos usando a taxa de câmbio de fim de ano, tal como foi explicado na secção 3.1. Note-se que, a par do que sucedeu com a variável *SIZE*, também se aplicou o logaritmo à variável *AUDITFEES*. É expectável que os honorários de auditoria afetem positivamente o número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria (Pinto & Morais, 2019) e este resultado pode dever-se às taxas de auditoria mais altas poderem estar associadas a um maior risco percebido e complexidade do cliente (Lyon & Maher, 2005).

Além disso, o tipo de opinião expressa no relatório do auditor não se encontra no modelo pelo facto das entidades contidas na amostra terem todas uma opinião não qualificada.

A Tabela III sumariza a descrição das variáveis explicativas presentes no modelo e o seu sinal esperado.

TABELA III. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS DA REGRESSÃO

Variáveis	Descrição	Sinal esperado
Variáveis de interesse		
<i>PDI</i>	Pontuação da dimensão <i>Power Distance</i> medida por Hofstede <i>Insights</i> .	-
<i>IDV</i>	Pontuação da dimensão <i>Individualism</i> medida por Hofstede <i>Insights</i> .	+
Variáveis de controlo		
<i>SIZE</i>	Logaritmo natural do total do ativo.	+
<i>PROFITABILITY</i>	Rácio entre o EBIT (<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>) e o total do ativo.	-
<i>LEVERAGE</i>	Rácio entre o total da dívida e o total do ativo (em percentagem).	-
<i>SEGMENT</i>	Número de segmentos de negócios.	+
<i>INDFIN</i>	Variável <i>dummy</i> que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário.	-
<i>AUDITFEES</i>	Logaritmo natural dos honorários de auditoria.	+

4. RESULTADOS EMPÍRICOS

4.1. Estatísticas Descritivas

A Tabela IV fornece as estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes que integram o modelo. Através da análise da tabela, pode-se verificar que o número médio da variável *NKAM* para as 200 entidades é de 2,900. Desta forma, contata-se que, em média, são divulgadas três KAMs em cada relatório de auditoria, com um mínimo de uma e um máximo de seis.

No que diz respeito à variável dependente utilizada para a regressão do OLS (*Ordinary Least Squares*), mais concretamente, o rácio entre o número de KAMs e o número médio de KAMs presentes na amostra (*KAM*), conclui-se que tem um valor médio de um num intervalo de valores que oscila entre 0,345 e 2,069.

A média das características culturais da amostra demonstra, no caso da *PDI*, uma tendência para reconhecerem e respeitarem a desigualdade de poder (47,290) e, no caso do *IDV*, uma propensão para ver a independência como uma característica positiva (73,435). Em relação à variável *PDI*, os valores do máximo e mínimo correspondem a 28 (Irlanda) e 68 (França), respetivamente. No caso da variável *IDV*, os valores do máximo e mínimo corresponde a 27 (Portugal) e 89 (Reino Unido), respetivamente.

No que diz respeito às variáveis de controlo, constata-se que a dimensão média da entidade (*SIZE*) é de 14,690 (o que corresponde a um total do ativo, em média, de 15.326.556,090 milhares de euros). Verifica-se também que, em média, as entidades apresentam uma rentabilidade (*PROFITABILITY*), medida através do rácio entre o EBIT e o total de ativos, de 0,077. Em relação à variável *LEVERAGE*, medida através do rácio entre o total da dívida e o total do ativo, as entidades apresentam um rácio de endividamento médio de cerca de 26,618%. Além disso, as entidades contidas na amostra têm, em média, quatro segmentos de negócios (*SEGMENT*) e as instituições financeiras (*INDFIN*) representam 21,50% da amostra. Por último, verifica-se que o logaritmo dos honorários de auditoria (*AUDITFEES*), em média, é de 6,955 (o que corresponde a um valor dos honorários de auditoria, em média, de 2685,556 milhares de euros).

TABELA IV. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variáveis	Obs.	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
<i>NKAM</i>	200	2,900	3,000	1,296	1,000	6,000
<i>KAM</i>	200	1,000	1,035	0,447	0,345	2,069
<i>PDI</i>	200	47,290	38,000	14,613	28,000	68,000
<i>IDV</i>	200	73,435	71,000	12,681	27,000	89,000
<i>SIZE</i>	200	14,690	14,344	1,838	10,328	20,066
<i>PROFITABILITY</i>	200	0,077	0,065	0,088	-0,104	0,544
<i>LEVERAGE</i>	200	26,618	27,025	19,033	0,000	103,440
<i>SEGMENT</i>	200	4,370	4,000	2,043	1,000	10,000
<i>INDFIN</i>	200	0,215	0,000	0,412	0,000	1,000
<i>AUDITFEES</i>	200	6,955	6,935	1,354	4,007	10,302

Variáveis: *NKAM* = número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017; *KAM* = rácio entre o número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017 e o número médio de KAMs presentes na amostra; *PDI* = pontuação da dimensão *Power Distance* medida por Hofstede *Insights*; *IDV* = pontuação da dimensão *Individualism* medida por Hofstede *Insights*; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *PROFITABILITY* = rácio entre o EBIT e o total do ativo; *LEVERAGE* = rácio entre o total da dívida e o total do ativo (em percentagem); *SEGMENT* = número de segmentos de negócio; *INDFIN* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário; *AUDITFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria.

4.2. Matriz de Correlação

A Tabela V mostra a correlação de Pearson para as variáveis dependente e independentes utilizadas para testar as hipóteses H1 e H2.

A variável *IDV* tem uma relação linear estatisticamente significativa com a variável *PDI*, a um nível de significância de 1%. Estas duas variáveis de interesse estão correlacionadas negativamente (-0,433), o que significa que as culturas que têm tendência para o coletivismo (índice *IDV* baixo), reconhecem e respeitam a desigualdade de poder (índice *PDI* elevado), tal como é demonstrado por Akman (2011), Archambault & Archambault (2003) e Hope (2003).

Uma vez apresentada a correlação entre as duas dimensões culturais, compete agora passar a explicar a correlação entre a variável dependente e as variáveis independentes. Se por um lado, a correlação entre a variável *PDI* e a variável dependente (*KAM*) não é estatisticamente significativa, por outro, a variável *IDV* encontra-se negativamente correlacionada com a variável dependente (*KAM*) (-0,142), com um nível de significância a 5%. Além disso, verificam-se correlações positivas entre a variável *KAM* e as variáveis *SIZE* (0,512) e *AUDITFEES* (0,505) tal como demonstrado por Sierra-García et al. (2019), a um nível de significância de 1%. Também se pode observar uma correlação positiva entre a variáveis *KAM* e *SEGMENT* (0,306), a um nível de significância de 1%.

Importa ainda salientar as correlações estatisticamente significativas entre as variáveis de controlo nomeadamente, as correlações positivas entre as variáveis *SIZE* e *AUDITFEES* (0,765) e entre as variáveis *SIZE* e *LEVERAGE* (0,210), bem como a correlação negativa entre as variáveis *SIZE* e *PROFITABILITY* (-0,225), a um nível de significância de 1%. Além disso, em relação à variável *PROFITABILITY*, constata-se que a mesma está negativamente correlacionada com as variáveis *LEVERAGE* (-0,141) e *AUDITFEES* (-0,162), com um nível de significância de 5%. Todas as correlações anteriormente mencionadas foram demonstradas por Sierra-García et al. (2019). Finalmente, a um nível de significância de 1%, as variáveis *SIZE* e *SEGMENT* encontram-se positivamente correlacionadas (0,323) assim como as variáveis *SEGMENT* e *AUDITFEES* (0,463). Por outro lado, as variáveis *PROFITABILITY* e *SEGMENT* encontram-se negativamente correlacionadas (-0,236), a um nível de significância de 1%.

TABELA V. MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

	<i>KAM</i>	<i>PDI</i>	<i>IDV</i>	<i>SIZE</i>	<i>PROFITABILITY</i>	<i>LEVERAGE</i>	<i>SEGMENT</i>	<i>INDFIN</i>	<i>AUDITFEES</i>
<i>KAM</i>	1,000								
<i>PDI</i>	-0,019	1,000							
<i>IDV</i>	-0,142**	-0,433***	1,000						
<i>SIZE</i>	0,512***	0,147**	-0,144**	1,000					
<i>PROFITABILITY</i>	-0,101	-0,179**	0,095	-0,225***	1,000				
<i>LEVERAGE</i>	0,064	0,103	-0,120*	0,210***	-0,141**	1,000			
<i>SEGMENT</i>	0,306***	0,070	0,020	0,323***	-0,236***	0,093	1,000		
<i>INDFIN</i>	0,097	-0,109	-0,008	0,268***	-0,108	0,072	-0,047	1,000	
<i>AUDITFEES</i>	0,505***	0,182***	-0,049	0,765***	-0,162**	0,141**	0,463***	-0,019	1,000

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Variáveis: *KAM* = rácio entre o número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017 e o número médio de KAMs presentes na amostra; *PDI* = pontuação da dimensão *Power Distance* medida por Hofstede *Insights*; *IDV* = pontuação da dimensão *Individualism* medida por Hofstede *Insights*; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *PROFITABILITY* = rácio entre o EBIT e o total do ativo; *LEVERAGE* = rácio entre o total da dívida e o total do ativo (em percentagem); *SEGMENT* = número de segmentos de negócio; *INDFIN* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário; *AUDITFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria.

A Tabela VI mostra o teste do VIF (*Variance Inflation Factors*) para as variáveis independentes. Na sequência das correlações apresentadas, foi efetuado o teste VIF com o intuito de detetar a existência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas. De acordo

com a tabela, constata-se que não se está na presença de multicolinearidade (VIF inferior a 10)⁴, pelo que todas as variáveis foram incluídas na regressão.

TABELA VI. *VARIANCE INFLATION FACTORS*: MODELO SEM A UAI

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>PDI</i>	1,32	0,756
<i>IDV</i>	1,28	0,781
<i>SIZE</i>	3,17	0,315
<i>PROFITABILITY</i>	1,14	0,879
<i>LEVERAGE</i>	1,07	0,937
<i>SEGMENT</i>	1,34	0,749
<i>INDFIN</i>	1,27	0,789
<i>AUDITFEES</i>	3,19	0,314

4.3. *Análise dos Resultados*

A Tabela VII apresenta os resultados do modelo descrito na secção 3.2 sobre o efeito das dimensões culturais na divulgação das KAMs.

Inicialmente, com o intuito de averiguar se a forma funcional é correta ou incorreta, submeteu-se o modelo ao teste de especificação *Reset*. Com base nos resultados obtidos (valor-p = 0,718), conclui-se que o modelo se encontra bem especificado. Simultaneamente, também se realizou o teste *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* por forma a verificar se o modelo tem problemas de heterocedasticidade. Uma vez que o valor-p é de 0,832, existe evidência a favor da homocedasticidade.

De seguida, apresentar-se-á os resultados evidenciados na Tabela VII, nomeadamente o poder explicativo do modelo e a significância conjunta dos regressores. Em primeiro lugar, através da observação do valor do *R-Squared* (R^2), constata-se que o modelo explica cerca de 34% do rácio entre o número de KAMs divulgadas e o número médio de KAMs. Em segundo lugar, com base no teste à significância global dos regressores (teste F de *Snedecor*), conclui-se que os mesmos no seu conjunto têm poder explicativo dado que se obteve um valor-p de 0,000.

No que diz respeito ao efeito da cultura do país de origem da empresa de auditoria na divulgação das KAMs constata-se que existe uma relação significativa (a 1%) entre a

⁴ Limite máximo sugerido por Hair et al. (2010).

variável dependente (*KAM*) e as duas dimensões culturais estudadas (*PDI* e *IDV*). Em relação ao efeito da dimensão cultural *PDI* sobre a divulgação das *KAMs*, os resultados revelam uma associação negativa entre a variável *PDI* e a variável dependente (*KAM*) ($\beta_1 = -0,006$), pelo que é consistente com a hipótese H1. Assim sendo, quanto mais um auditor reconhece e respeita a diferença de poder, menor é o número de *KAMs* que ele tende a divulgar no relatório de auditoria. Este resultado é consistente com Akman (2011) e Archambault & Archambault (2003) que revelam uma relação negativa entre a *Power Distance* e o nível de divulgação. Em relação à segunda hipótese, os resultados para a dimensão *IDV* sugerem igualmente uma relação negativa entre esta e a variável dependente (*KAM*) ($\beta_2 = -0,006$), o que não é consistente com o formulado na hipótese H2. Tal, deve-se aos diversos estudos anteriores (Gimbar et al., 2016b; Kachelmeier, Schmidt & Valentine, 2017) que demonstraram que a divulgação das *KAMs* pode ter o risco de litigância associado. Gimbar et al. (2016a) concluem que, sob padrões contabilísticos precisos, os jurados vêm a identificação de uma *KAM* não relacionada como uma evidência de que o auditor realizou uma auditoria de baixa qualidade, o que leva a uma maior responsabilidade do auditor. Em culturas individualistas os indivíduos atuam de forma independente (Hofstede, 2011), logo a responsabilidade recai somente sobre o auditor. Assim sendo, quanto mais um auditor tiver preferência por características individualistas, menor é o número de *KAMs* que ele tende a divulgar no relatório de auditoria pelo facto da responsabilidade recair apenas sobre ele.

É importante mencionar que as empresas de auditoria globais empregam políticas e metodologias de auditoria uniformes para garantir a consistência das auditorias (Barrett et al., 2005; Bik & Hooghiemstra, 2018). Assim sendo, o facto de neste estudo se estar perante a mesma empresa de auditoria, seria expectável uma padronização das *KAMs* independentemente da empresa auditada e, por isso, um menor efeito da cultura nas *KAMs*. No entanto, através desta investigação é possível concluir que a cultura tem impacto na emissão das *KAMs* apesar de estas serem emitidas por empresas de auditoria pertencentes à mesma rede.

Em relação aos resultados das variáveis de controlo, mais concretamente no que diz respeito aos regressores correspondentes às características do cliente, os resultados fornecem evidências de uma relação positiva ($\beta_3 = 0,066$) e estatisticamente significativa ao nível de 5% entre a variável *SIZE* e a variável dependente (*KAM*). Isto significa que

quando a dimensão aumenta 1%, o rácio entre o número de KAMs e o número médio de KAMs presentes na amostra (*KAM*) aumenta, em média, aproximadamente, $0,066 / 100 = 0,00066$, mantendo tudo o resto constante. Tal evidência é consistente com Ahmed & Courtis (1996), Archambault & Archambault (2003), Hope (2003), Pinto & Morais (2019), Wallace & Naser (1995), Wallace et al. (1994) e Zarzeski (1996), uma vez que demonstraram a existência de uma relação positiva entre a dimensão da entidade e o nível de divulgação.

Quando a análise recai sobre a variável relativa ao número de segmentos de negócio - *SEGMENT* -, os resultados apontam para uma associação positiva ($\beta_6 = 0,025$) e estaticamente significativa ao nível de 10%, ou seja, o aumento de um segmento de negócio leva a que o rácio entre o número de KAMs e o número médio de KAMs presentes na amostra (*KAM*) aumente, em média, aproximadamente, 0,025, mantendo tudo o resto constante. Esta relação está em sintonia com a obtida por Pinto & Morais (2019).

No que diz respeito ao regressor correspondente às características do auditor - *AUDITFEES* -, constata-se que este é estatisticamente significativo ao nível de 1%. O sinal positivo do seu coeficiente ($\beta_8 = 0,092$) sugere que quando os honorários de auditoria aumentam 1%, o rácio entre o número de KAMs e o número médio de KAMs presentes na amostra (*KAM*) aumenta, em média, aproximadamente, $0,092 / 100 = 0,00092$, mantendo tudo o resto constante. Este resultado está em consonância com o obtido por Pinto & Morais (2019).

Contrariamente aos estudos realizados por Akman (2011), Gambetta et al. (2017) e Pinto & Morais (2019), verifica-se que a variável *PROFITABILITY* (β_4) não é estatisticamente significativa. Complementarmente, constata-se que a variável *LEVERAGE* (β_5), também não é estatisticamente significativa, o que contrasta com o que foi obtido por Hope (2003), Jaggi & Low (2000), Sierra-García et al. (2019), Wallace et al. (1994) e Zarzeski (1996). Por último e tal como sucedeu com os dois últimos regressores, constata-se que, em oposição ao estudo de Pinto & Morais (2019), a variável *INDFIN* (β_7) não é estatisticamente significativa.

TABELA VII. RESULTADOS DA REGRESSÃO

Variáveis independentes	Coefficiente	Sinal esperado	Coefficiente	Valor - p
CONSTANTE	β_0	?	0,035	0,919

			(0,342)	
<i>PDI</i>	β_1	-	-0,006*** (0,002)	0,007
<i>IDV</i>	β_2	+	-0,006*** (0,002)	0,008
<i>SIZE</i>	β_3	+	0,066** (0,025)	0,011
<i>PROFITABILITY</i>	β_4	-	0,060 (0,317)	0,851
<i>LEVERAGE</i>	β_5	-	-0,001 (0,001)	0,464
<i>SEGMENT</i>	β_6	+	0,025* (0,015)	0,094
<i>INDFIN</i>	β_7	-	0,020 (0,072)	0,784
<i>AUDITFEES</i>	β_8	+	0,092*** (0,035)	0,008
Observações			200	
R ²			34,08%	
Teste F			12,34	
Valor-p			0,0000	

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente. Os desvios-padrão encontram-se em parêntesis.

Variáveis: *KAM* = rácio entre o número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017 e o número médio de KAMs presentes na amostra; *PDI* = pontuação da dimensão *Power Distance* medida por Hofstede *Insights*; *IDV* = pontuação da dimensão *Individualism* medida por Hofstede *Insights*; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *PROFITABILITY* = rácio entre o EBIT e o total do ativo; *LEVERAGE* = rácio entre o total da dívida e o total do ativo (em percentagem); *SEGMENT* = número de segmentos de negócio; *INDFIN* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário; *AUDITFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria.

4.4. Análises Adicionais e de Robustez

4.4.1. Variáveis de controlo: medidas alternativas

A Tabela V - Anexos apresenta os resultados das várias medidas alternativas para as variáveis de controlo *SIZE* e *PROFITABILITY*. Para medir a dimensão de uma entidade (*SIZE*), existem outros critérios, para além do total do ativo, nomeadamente a capitalização bolsista (Bédard et al., 2014; Gutierrez et al., 2018; Hope et al., 2008), o número de empregados (Ahmed & Courtis, 1999) e o total das vendas (Ahmed & Courtis,

1999; Hope, 2003; Wallace et al., 1994). Desta forma, realizaram-se regressões nas quais se substitui a forma de medir a dimensão, tendo-se aplicado, mais uma vez, o logaritmo. Relativamente às variáveis de interesse *PDI* e *IDV*, constata-se que os resultados são semelhantes, tanto em termos de sinais como ao nível da significância, aos apresentados na subsecção 4.3 quer quando se utiliza a capitalização bolsista ou o número de empregados ou, ainda, o total das vendas. Especificamente, utilizando o número de empregados e o total das vendas, as dimensões culturais *PDI* e *IDV* são ambas estatisticamente significativas ao nível de 1%, ao passo que ao utilizar a capitalização bolsista, estas são significativas ao nível de 5% e 1%, respetivamente. No que diz respeito às variáveis de controlo, usando o número de empregados e a capitalização bolsista, os resultados mantiveram-se inalterados exceto para as variáveis *SIZE* e *SEGMENT*, as quais deixaram de ser significativas. Por outro lado, ao utilizar as vendas, os resultados não variaram à exceção da variável *SEGMENT* que deixou de ser significativa e da variável *INDFIN* que se tornou significativa.

Adicionalmente, mensurou-se a variável *PROFITABILITY* através do *ROA* (Rendibilidade do Ativo) (Bédard et al., 2014; Gutierrez et al., 2018) e do *ROE* (Rendibilidade do Capital Próprio) (Hope et al., 2008). Também nestas duas formas de medir a rendibilidade da entidade, os resultados relativos às variáveis de interesse *PDI* e *IDV* foram consistentes com o modelo base. Mais concretamente, ao utilizar o *ROE*, as duas dimensões são significativas ao nível de 1%, sendo que usando o *ROA*, as variáveis *PDI* e *IDV* são significativas ao nível de 1% e 5%, respetivamente. Além disso, as associações entre as variáveis *PDI* e *IDV* e o número de KAMs divulgadas mantêm-se negativas. Face ao modelo apresentado na subsecção 4.3, a única alteração prende-se com o facto da variável *SEGMENT* deixar de ser significativa quer utilizando o *ROA* ou o *ROE*. Adicionalmente, quando se mensura a variável *PROFITABILITY* através do *ROE*, a própria variável *ROE* tornou-se significativa.

4.4.2. Método de Estimação alternativo: Poisson Truncado

Visto que o número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria trata-se de uma variável de contagem que não assume zero KAMs, recorreu-se ao método de estimação Poisson Truncado. Comparativamente ao modelo base, apenas se alterou a variável dependente, a qual passou a ser o número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria (*NKAM*), tal como se pode observar de seguida:

$$(2) NKAM_i = \beta_0 + \beta_1 PDI_i + \beta_2 IDV_i + \beta_3 SIZE_i + \beta_4 PROFITABILITY_i + \beta_5 LEVERAGE_i + \beta_6 SEGMENT_i + \beta_7 INDFIN_i + \beta_8 AUDITFEES_i + \varepsilon_i$$

A Tabela VI - Anexos apresenta os resultados do modelo supramencionado sobre o efeito das dimensões culturais na divulgação das KAMs. As conclusões relativas às variáveis de interesse (*PDI* e *IDV*) permanecem inalteradas face ao modelo base (subsecção 4.3), ou seja, são estatisticamente significativas (a 10%) e apresentam uma relação negativa com a variável dependente (*NKAM*). No entanto, relativamente às variáveis de controlo, os resultados permaneceram inalterados à exceção das variáveis *SIZE* e *SEGMENT*, as quais deixaram de ser significativas.

4.4.3. Procedimentos de Auditoria

O valor para os utilizadores das informações provenientes do relatório de auditoria pode depender do nível de detalhe fornecido pelo auditor (International Auditing and Assurance Standards Board, 2012). O nível de detalhe fornecido no relatório do auditor para descrever como foi abordada uma determinada KAM é uma questão de julgamento profissional (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo A46). Deste modo, de acordo com a ISA 701, o auditor pode descrever: (a) os aspetos da resposta ou da abordagem que foram mais relevantes para a avaliação do risco de distorção material; (b) uma breve visão geral dos procedimentos realizados; (c) uma indicação do resultado dos procedimentos; ou, (d) as observações importantes sobre determinada KAM (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo A46). No entanto, o auditor pode optar por combinar os elementos contidos nas alíneas anteriormente referidas (International Auditing and Assurance Standards Board, 2015a, parágrafo A46). De acordo com a teoria da comunicação (Fiske, 1990), a descrição dos procedimentos de auditoria realizados para uma determinada KAM podem melhorar o valor comunicativo do relatório de auditoria.

O processo de auditoria compreende uma série de procedimentos consecutivos, bem como a tomada de decisões pelos diversos membros da equipa (Bamber, 1983). Os reguladores e os órgãos profissionais de contabilidade sugerem que o envolvimento do auditor responsável, isto é, o tempo que o mesmo gasta num determinado trabalho é um dos principais indicadores da qualidade de uma auditoria (International Auditing and Assurance Standards Board, 2014; Public Company Accounting Oversight Board, 2015). Quanto menor o envolvimento do auditor, maior a probabilidade do mesmo simplificar

os procedimentos de auditoria (Sundgren & Svanström, 2014). Consequentemente, é bastante provável que o auditor negligencie os problemas existentes (Caramanis & Lennox, 2008), o que pode comprometer o desempenho da auditoria e, por sua vez, a reputação daquele (Bik & Hooghiemstra, 2016).

O envolvimento do auditor responsável é afetado por múltiplos fatores contextuais (Bik & Hooghiemstra, 2016). Desta forma e tendo em conta que os procedimentos de auditoria refletem a quantidade de trabalho e em última instância, eventualmente a própria qualidade de auditoria, pretendeu-se analisar a influência da cultura sobre os procedimentos de auditoria efetuados. Visto que as empresas de auditoria pertencentes à mesma rede empregam políticas e metodologias de auditoria uniformes (Barrett et al., 2005; Bik & Hooghiemstra, 2018), isolou-se o efeito da pertença a uma rede de entidades de auditoria para se estudar efetivamente o efeito da cultura na divulgação dos procedimentos de auditoria. Tal como no modelo da subsecção 4.3, foram utilizadas as dimensões culturais PDI e IDV com o intuito de verificar o possível impacto da cultura.

De seguida, apresentar-se-á a relação esperada entre cada uma das dimensões culturais e os procedimentos de auditoria realizados. No que diz respeito à dimensão *Power Distance*, quanto maior é o nível da mesma, ou seja, quanto mais elevada for a tolerância à desigualdade de poder num país, mais provável é que exista um menor envolvimento por parte do auditor (Bik & Hooghiemstra, 2016). Desta forma e sendo que o envolvimento do auditor é um indicador da qualidade de auditoria, espera-se que a qualidade da auditoria tenda a ser menor logo é menos provável a realização de procedimentos de auditoria.

Relativamente à dimensão *Individualism*, segundo Bik & Hooghiemstra (2016), quanto menor é o nível de *IDV* (ou seja, se a cultura é mais coletivista) num país, mais provável é que exista um menor envolvimento por parte do auditor. Deste modo, espera-se que a qualidade da auditoria tenda a ser menor, pelo que é menos provável a realização de um leque alargado de procedimentos de auditoria. Assim, em culturas individualistas, é expectável a realização de um maior número de procedimentos de auditoria.

Com base na literatura anterior e para atingir o objetivo definido que consiste em testar a relação entre as duas dimensões culturais (PDI e IDV) e o número de procedimentos de auditoria divulgados no relatório do auditor, desenvolveu-se o seguinte modelo:

$$(3) \text{ PROC}_i = \beta_0 + \beta_1 \text{PDI}_i + \beta_2 \text{IDV}_i + \beta_3 \text{SIZE}_i + \beta_4 \text{PROFITABILITY}_i + \beta_5 \text{LEVERAGE}_i + \beta_6 \text{SEGMENT}_i + \beta_7 \text{INDFIN}_i + \beta_8 \text{AUDITFEES}_i + \varepsilon_i$$

Para definir a variável dependente *PROC* utilizou-se o rácio entre o número de procedimentos de auditoria e o número de KAMs de uma determinada entidade. Assim sendo, com base nos relatórios de auditoria referentes a 31 de dezembro de 2017, procedeu-se à contagem dos procedimentos de auditoria de 580 KAMs correspondentes às 200 empresas presentes na amostra. Comparativamente ao modelo base apenas se alterou a variável dependente, mantendo as variáveis de interesse e de controlo utilizadas naquele modelo.

A Tabela VII - Anexos apresenta os resultados do modelo acima mencionado sobre o efeito das dimensões culturais na variável dependente (*PROC*). Observando os resultados presentes na tabela, é possível aferir que ambas as dimensões culturais (*PDI* e *IDV*) são estatisticamente significativas (a 1%) e apresentam uma relação positiva com a variável dependente (*PROC*). Especificamente, quanto mais um auditor tiver preferência por características individualistas (*IDV* elevado), maior é o número de procedimentos de auditoria que ele tende a divulgar no relatório de auditoria, o que vai de encontro ao que se perspetivou.

A tendência para divulgar um maior número de procedimentos de auditoria também ocorre quanto mais um auditor reconhece e respeita a diferença de poder (*PDI* elevado). Este resultado não foi de encontro ao expectável talvez pelo facto de a partir do momento que o auditor divulga uma KAM, tal divulgação poder ter consequências legais para a empresa e para ele próprio. Assim, a evidência encontrada pode ser justificada pelo facto do auditor sentir receio da litigância e, por isso, realizar mais trabalho, conduzindo a um maior número de procedimentos. Além disso, quanto maior é o nível de *PDI* maior é a centralização do poder em alguns indivíduos, o que leva ao aumento da probabilidade das demonstrações financeiras conterem erros aquando da sua preparação (Haskins, 1987). Deste modo, como o erro contabilístico é maior (Chan, Lin & Mo, 2003), os auditores executarão um maior número de procedimentos de auditoria.

5. CONCLUSÃO

A mudança na estrutura do relatório de auditoria exigida pela nova norma ISA 701 - *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*, que consiste na divulgação das *key audit matters* (KAMs) para as auditorias de demonstrações financeiras

respeitantes aos períodos findos em ou após 15 de dezembro de 2016, proporciona uma oportunidade para investigar o impacto da cultura na divulgação das KAMs. De salientar que alguns países europeus, como o Reino Unido e a Holanda, decidiram a adoção antecipada das novas normas de auditoria. Para realizar efetivamente esta investigação, a amostra apenas contém entidades de interesse público, todas elas cotadas, e auditadas pela Deloitte da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia. Tendo em conta que cada firma de auditoria que opera internacionalmente tem uma cultura e procedimentos diferentes (Barrett et al., 2005 e Bik & Hooghiemstra, 2018), selecionou-se apenas clientes de uma Big 4 de forma a isolar o efeito da pertença a uma rede de empresas de auditoria.

De acordo com a literatura anterior, é expectável que a dimensão cultural *Power Distance* tenha um efeito negativo na divulgação das KAMs ao passo que, a dimensão cultural *Individualism* espera-se que tenha um efeito positivo na divulgação das KAMs no relatório de auditoria. Os resultados mostram que ambas as dimensões culturais são significativas apesar de estarmos perante empresas que são auditadas pela mesma Big 4. Contudo, enquanto que o resultado relativo à *Power Distance* corrobora a hipótese formulada, o mesmo não acontece com a dimensão *Individualism*.

Quando estamos perante empresas de países diferentes auditadas por auditoras de uma mesma rede, seria expectável que o efeito da cultura na emissão das KAMs fosse menor. Isto acontece porque quando as empresas são auditadas por uma auditora pertencente a uma mesma rede, há um conjunto de procedimentos e avaliação de risco que é suposto ser comum (Barrett et al., 2005; Bik & Hooghiemstra, 2018) e, portanto, a aplicação desses procedimentos e dessa avaliação de risco, deveria originar a emissão de KAMs de forma semelhante. O que este estudo demonstra é que apesar da auditora pertencer a uma mesma rede e supostamente ter procedimentos e avaliação de risco semelhantes, continua a existir diferenças na emissão das KAMs que são justificadas pela cultura. Desta forma, parece existir uma sobreposição do efeito da cultura sob a pertença da auditora a uma rede.

Com base nos resultados referidos anteriormente e tal como Bik (2010) e Cowperthwaite (2010) mostraram que o comportamento e o julgamento profissional do auditor são influenciados pela cultura do país de origem do mesmo, também os resultados do presente estudo confirmam as conclusões destes autores.

Para além da cultura do país de origem da empresa de auditoria influenciar a emissão das KAMs no relatório de auditoria, este estudo também mostra que as características do cliente e do auditor têm impacto. No que diz respeito às características do cliente, os resultados indicam que os auditores divulgam um maior número de KAMs para as entidades com maior dimensão e maior número de segmentos de negócio. Em relação às características do auditor, também os honorários de auditoria influenciam positivamente o número de KAMs divulgadas no relatório de auditoria.

Este estudo é especialmente relevante para os *stakeholders* pois a aplicação dos mesmos padrões de auditoria entre os profissionais desta área faz com que existam diferenças entre os relatórios elaborados por auditores de culturas diferentes. Deste modo, apesar da norma ser igual para os diversos países, é importante ter em conta que a cultura impacta na aplicação da norma.

No entanto, é importante referir que o presente estudo encontra-se sujeito a limitações e sugere espaço para mais pesquisas sobre a relação entre a cultura e a divulgação de *key audit matters*. No que diz respeito às limitações do estudo e em primeiro lugar, importa referir que não se está a estudar o efeito da cultura em todos os países possíveis da Europa. Em segundo lugar, a amostra contém empresas que em anos anteriores adotaram um relatório de auditoria que incluía uma descrição das KAMs. Em terceiro lugar, salienta-se que embora a estrutura de Hofstede seja a abordagem mais utilizada para classificar e comparar culturas nacionais, ela não é isenta de limitações. Especificamente, ainda que a pesquisa de Hofstede seja com base em dados de há cerca de quatro décadas e, apesar de ter sido replicada por vários estudiosos, estas replicações podem não capturar completamente as mudanças recentes no ambiente político ou no local de trabalho. Além disso, foi necessário assumir que quando dois países exibem a mesma pontuação numa dimensão cultural, estes comportam-se da mesma forma. Por fim, o estudo de Hofstede é restrito aos dados de uma única organização, mais concretamente, aos dados de uma secção de funcionários da IBM, no qual houve uma generalização sobre as características culturais nacionais.

Em suma, este estudo contribui para a literatura de auditoria e uma via interessante para pesquisas futuras poderia passar por replicar este estudo alargando o período amostral. Tendo em conta que a presente dissertação foi realizada para o período da entrada em vigor da norma 701, seria relevante analisar se o efeito da cultura na emissão

das KAMs varia à medida que as empresas vão estando mais inteiradas do conteúdo daquela norma. Auxiliarmente, poder-se-ia verificar tal efeito realizando o mesmo estudo apenas para os países – Reino Unido e Holanda – que adotaram a norma antecipadamente.

Além disso, poder-se-ia realizar um estudo para uma determinada área mais suscetível de ser reportada como uma KAM, como por exemplo a imparidade de *goodwill*. Especificamente, identificar-se-iam os procedimentos de auditoria que são efetuados e, de seguida, analisar-se-ia em que medida os mesmos variam com a cultura, isto é, se esses procedimentos divergem perante culturas diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmed, K., & Courtis, J. K. (1999). Associations between corporate characteristics and disclosure levels in annual reports: a meta-analysis. *The British Accounting Review*, 31(1), 35-61.
- Akman, N. H. (2011). The effect of IFRS adoption on financial disclosure: does culture still play a role?. *American International Journal of Contemporary Research*, 1(1), 6-17.
- Archambault, J. J., & Archambault, M. E. (2003). A multinational test of determinants of corporate disclosure. *The International Journal of Accounting*, 38(2), 173-194.
- Arnold, D. F., Bernardi, R. A., Neidermeyer, P. E., & Schmee, J. (2007). The effect of country and culture on perceptions of appropriate ethical actions prescribed by codes of conduct: A Western European perspective among accountants. *Journal of Business Ethics*, 70(4), 327-340.
- Askary, S. (2006). Accounting professionalism—a cultural perspective of developing countries. *Managerial Auditing Journal*, 21(1), 102-111.
- Association of Chartered Certified Accountants (2018). *Key audit matters: unlocking the secrets of the audit* [In line]. Available at: https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/professional-insights/Key-audit-matters/pi-key-audit-matters.pdf [Access in: 2019/05/19].
- Bamber, E. M. (1983). Expert judgment in the audit team: A source reliability approach. *Journal of Accounting Research*, 21(2), 396-412.
- Barrett, M., Cooper, D. J., & Jamal, K. (2005). Globalization and the coordinating of work in multinational audits. *Accounting, Organizations and Society*, 30(1), 1-24.
- Beasley, M. S., Carcello, J. V., & Hermanson, D. R. (1999). *Fraudulent financial reporting: 1987-1997: an analysis of US public companies*. Jersey City, NJ: American Institute of Certified Public Accountants.
- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N. & Schatt, A. (2014). Costs and Benefits of Reporting Key Audit Matters in the Audit Report: The French Experience. *In International Symposium on Audit Research* [In line]. Available at:

[https://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Sc
hatt.pdf](https://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Sc
hatt.pdf) [Access in: 2019/03/15].

- Bik, O. P. G. (2010). *The behavior of assurance professionals: a cross-cultural perspective*. Delft: Eburon.
- Bik, O., & Hooghiemstra, R. (2016). The effect of national culture on auditor-in-charge involvement. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 36(1), 1-19.
- Bik, O., & Hooghiemstra, R. (2018). Cultural Differences in Auditors' Compliance with Audit Firm Policy on Fraud Risk Assessment Procedures. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 37(4), 25-48.
- Braun, G. P., & Rodriguez Jr, R. P. (2008). Earnings management and accounting values: a test of Gray (1988). *Journal of International Accounting Research*, 7(2), 1-23.
- Caramanis, C., & Lennox, C. (2008). Audit effort and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 45(1), 116-138.
- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Mo, P. L. L. (2003). An empirical study on the impact of culture on audit-detected accounting errors. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 281-295.
- Chanchani, S., & Willett, R. (2004). An empirical assessment of Gray's accounting value constructs. *The International Journal of Accounting*, 39(2), 125-154.
- Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest?. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(4), 71-93.
- CNC (2003). *Sistema de Normalização Contabilística – Estrutura Conceptual (EC)* [In line]. Available at: http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/SNC_EC.pdf [Access in: 2019/05/21].
- Cordoş, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: Introduction of key audit matters. *Accounting and Management Information Systems*, 14(1), 128–152.
- Cowperthwaite, P. (2010). Culture matters: How our culture affects the audit. *Accounting Perspectives*, 9(3), 175-215.

- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.
- Deloitte (2017). *Clear, transparent reporting. The new auditor's report* [In line]. Available at: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/be/Documents/audit/be-audit-new-auditor-s-report-brochure.pdf> [Access in: 2019/03/25].
- Deloitte (2018). *The new auditor's report. Study of first year of application in Italy by listed companies* [In line]. Available at: https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/it/Documents/audit/Deloitte_NewAuditorReport.pdf [Access in: 2019/03/26].
- Dickson, M. W., Den Hartog, D. N., & Mitchelson, J. K. (2003). Research on leadership in a cross-cultural context: Making progress, and raising new questions. *The Leadership Quarterly*, 14(6), 729-768.
- Douglas, M. (1973). *Natural Symbols: Explorations in Cosmology*. Harmondsworth, UK: Penguin.
- Ernst & Young (2016). *The new auditor's report: How the biggest revolution in auditing will affect you* [In line]. Available at: [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-eye-november-2016/\\$FILE/ey-eye-november-2016.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-eye-november-2016/$FILE/ey-eye-november-2016.pdf) [Access in: 2019/03/05].
- Ernst & Young China (2016). *Enhanced auditor's reporting* [In line]. Available at: [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-enhanced-auditors-reporting/\\$FILE/EY-enhanced-auditors-reporting.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-enhanced-auditors-reporting/$FILE/EY-enhanced-auditors-reporting.pdf) [Access in: 2019/03/06].
- European Parliament (2014). *Regulation (EU) No. 537/2014 of the European Parliament and of the Council of 16 April 2014 on specific requirements regarding statutory audit of public-interest entities and repealing Commission Decision 2005/909/EC* [In line] Available at: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0537&from=en> [Access in: 2019/05/28].
- Fiske, J. (1990). *Introduction to Communication Studies*. New York, N.Y. and London, England: Routledge.

- Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521-1552.
- Ghemawat, P. & Reiche, S. (2011). National Cultural Differences and Multinational Business. *Globalization Note Series 11*, 1-18.
- Ghosh, A., Jarva, H., & Ryan, S. (2017) *Do bank regulation and supervision displace bank auditing? Working paper* [In line]. Available at: https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1112&context=law_econ [Access in: 2019/06/23].
- Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016a). Early evidence on the effects of critical audit matters on auditor liability. *Current Issues in Auditing*, 10(1), 24-33.
- Gimbar, C., Hansen B. & Ozlanski, M. E. (2016b). The Effects of Critical Audit Matter Paragraphs and Accounting Standard Precision on Auditor Liability, *The Accounting Review*, 91(6), 1629-1646.
- Gray, S. J. (1988). Towards a Theory of Cultural Influence on the Development of Accounting Systems Internationally. *Abacus*, 24(1), 1-15.
- Gutierrez, E., Minutti-Meza, M., Tatum, K. W., & Vulcheva, M. (2018). Consequences of adopting an expanded auditor's report in the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, 23(4), 1543-1587.
- Hair, J.F., Black, W.C., Babin, B.J., Anderson, R.E. (2010). *Multivariate Data Analysis: A Global Perspective*, 7th edition. Upper Saddle River, NJ: Pearson- Prentice Hall.
- Hall, E. T. (1976). *Beyond culture*. Garden City, NY: Anchor.
- Haskins, M. E. (1987). Client control environments: An examination of auditors' perceptions. *Accounting Review*, 62(3), 542-563.
- Heidhues, E., & Patel, C. (2011). A critique of Gray's framework on accounting values using Germany as a case study. *Critical Perspectives on Accounting*, 22(3), 273-287.
- Hofstede Insights (2017). *Country Comparison* [In line]. Available at: <https://www.hofstede-insights.com/country-comparison/> [Access in: 2019/5/19].

- Hofstede, G. (2001). *Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions, and Organizations Across Nations*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1), 1-26.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Hofstede, G., & Bond, M. H. (1988). The Confucius connection: From cultural roots to economic growth. *Organizational Dynamics*, 16(4), 5-21.
- Hofstede, G., & McCrae, R. R. (2004). Personality and culture revisited: Linking traits and dimensions of culture. *Cross-cultural Research*, 38(1), 52-88.
- Hofstede, G., Hofstede, G. J. & Minkov, M. (2010). *Cultures and Organizations: Software of the Mind*, 3^a Ed. New York: McGraw-hill.
- Hope, O. K. (2003). Firm-level disclosures and the relative roles of culture and legal origin. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 14(3), 218-248.
- Hope, O. K., Kang, T., Thomas, W., & Yoo, Y. K. (2008). Culture and auditor choice: A test of the secrecy hypothesis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(5), 357-373.
- House, R. J., Hanges, P. J., Javidan, M., Dorfman, P. W., & Gupta, V. (2004). *Culture, leadership, and organizations: the GLOBE study of 62 societies*. Thousand Oaks: Sage publications.
- Inchausti, B. G. (1997). The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. *European Accounting Review*, 6(1), 45-68.
- Inkeles, A. & Levinson, D. J. (1969). National character: The study of modal personality and sociocultural systems. In: G. Lindzey & E. Aronson (Eds.) *The Handbook of Social Psychology IV*, New York: McGraw-Hill, pp. 418-506.

International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) (2015a). *International Standard on Auditing 701. Communicating key audit matters in the independent auditor's report* [In line]. Available at: https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ISA-701_2.pdf [Access in: 2019/03/12].

International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) (2016). *Identifying and assessing the risks of material misstatement through understanding the entity and its environment. International Standard on Auditing 315* [In line]. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a017-2010-iaasb-handbook-isa-315.pdf> [Access in: 2019/04/17].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2015b). *The New Auditor's Report: Greater Transparency into the Financial Statement Audit* [In line]. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/uploads/IAASB/Auditor-Reporting-Fact-Sheet.pdf> [Access in: 2019/04/27].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2014). *A Framework for Audit Quality: Key Elements that Create an Environment for Audit Quality* [In line]. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/A-Framework-for-Audit-Quality-Key-Elements-that-Crete-an-Environment-for-Audit-Quality-2.pdf> [Access in: 2019/05/29].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2011). *Consultation Paper: Enhancing the Value of Auditor Reporting: Exploring Options for Change* [In line]. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/publications/exposure-drafts/comments/5518-tech-cdr-1043.pdf> [Access in: 2019/05/13].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2013). *Exposure Draft, Reporting on Audited Financial Statements: Proposed New and Revised International Standards on Auditing (ISAs)* [In line]. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Complete%20ED,%20Reporting%20on%20Audited%20Financial%20Statements.pdf> [Access in: 2019/04/03].

International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) (2012). *Improving the Auditor's Report* [In line]. Available at:

https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Auditor_Reporting_Invitation_to_Comment-final_0.pdf [Access in: 2019/06/10].

- Jaggi, B. & Low, P.Y. (2000). Impact of Culture, Market Forces, and Legal System on Financial Disclosures. *International Journal of Accounting*, 35(4), 495-519.
- Jermakowicz, E. K., Epstein, B. J., & Ramamoorti, S. (2018). CAM versus KAM-A Distinction without a Difference?: Making Judgments in Reporting Critical Audit Matters. *The CPA Journal*, 88(2), 34-40.
- Kachelmeier, S. J., J. J. Schmidt, & K. Valentine. (2014). *The Effect of Disclosing Critical Audit Matters in the Auditor's Report on Perceived Auditor Responsibility for Misstatements*. Working paper, The University of Texas at Austin.
- Kachelmeier, S. J., Schmidt, J. J., & Valentine, K. (2017). *The disclaimer effect of disclosing critical audit matters in the auditor's report* [In line]. Available at: <https://ssrn.com/abstract=2481284> [Access in: 2019/07/15].
- Kluckhohn, F. R. & Strodtbeck, F. L. (1961). *Variations in value orientations*. Evanston, IL: Row, Peterson.
- Laitinen, E. K., & Laitinen, T. (1998). Qualified audit reports in Finland: Evidence from large companies. *European Accounting Review*, 7(4), 639–653.
- Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro. Diário da República n.º 176/2015, Série I de 9 de setembro de 2015.
- Regulamento CE n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.
- Loebbecke, J. K., Eining, M. M., & Willingham, J. J. (1989). Auditor's experience with material irregularities: Frequency, nature, and detectability. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 9(1), 1–28.
- Lyon, J. D., & Maher, M. W. (2005). The importance of business risk in setting audit fees: Evidence from cases of client misconduct. *Journal of Accounting Research*, 43(1), 133-151.

- Naslmosavi, S., Sofian, S., & Saat, M. M. (2014). The Effect of Culture on Independent Auditor's Opinion: A Study among Iranian Auditors Market. *International Conference on Contemporary Marketing Issues*, 118-123.
- Newbury, W., & Yakova, N. (2006). Standardization preferences: A function of national culture, work interdependence and local embeddedness. *Journal of International Business Studies*, 37(1), 44-60.
- Nolder, C., & Riley, T. J. (2013). Effects of differences in national culture on auditors' judgments and decisions: A literature review of cross-cultural auditing studies from a judgment and decision making perspective. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(2), 141-164.
- Parsons, T. & Shils, E. A. (1951). *Toward a general theory of action*. Cambridge: Harvard University Press.
- Pinto, I., & Morais, A. I. (2019). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 30(2), 145-162.
- Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2013). *Proposed Auditing Standards – The Auditor's Report on an Audit of Financial Statements when the Auditor Expresses an Unqualified Opinion; The Auditor's Responsibilities Regarding Other Information in Certain Documents Containing Audited Financial Statements and the Related Auditor's Report; and Related Amendments to PCAOB Standards* [In line]. Available at: https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/Release_2013-005_ARM.pdf [Access in: 2019/05/08].
- Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) (2015). *Concept Release on Audit Quality Indicators* [In line]. Available: http://pcaobus.org/Rules/Rulemaking/Docket%20041/Release_2015_005.pdf [Access in: 2019/07/03].
- Regulamento CE n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 Abril de 2014 relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público.

- Salter, S. B., & Niswander, F. (1995). Cultural influence on the development of accounting systems internationally: A test of Gray's [1988] theory. *Journal of International Business Studies*, 26(2), 379-397.
- Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A., & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. *The British Accounting Review*, 51(3), 227-240.
- Sirois, L. P., Bédard, J., & Bera, P. (2018). The informational value of key audit matters in the auditor's report: Evidence from an eye-tracking study. *Accounting Horizons*, 32(2), 141-162.
- Smith, P. B., Peterson, M. F., & Schwartz, S. H. (2002). Cultural values, sources of guidance, and their relevance to managerial behavior: A 47-nation study. *Journal of Cross-cultural Psychology*, 33(2), 188-208.
- Sundgren, S., & Svanström, T. (2014). Auditor-in-charge characteristics and going-concern reporting. *Contemporary Accounting Research*, 31(2), 531-550.
- Svanberg, J., & Öhman, P. (2016). Does ethical culture in audit firms support auditor objectivity?. *Accounting in Europe*, 13(1), 65-79.
- Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 748-755.
- Wallace, R. O., Naser, K., & Mora, A. (1994). The relationship between the comprehensiveness of corporate annual reports and firm characteristics in Spain. *Accounting and Business Research*, 25(97), 41-53.
- Zarzeski, M. T. (1996). Spontaneous harmonization effects of culture and market forces on accounting disclosure practices. *Accounting Horizons*, 10(1), 18-37.

ANEXOS

TABELA I. NOVA ESTRUTURA DO RELATÓRIO DO AUDITOR

Opinião	Com a nova estrutura de relatório do auditor, este iniciará-se com a "opinião" e a identificação da empresa auditada.
Bases para a opinião	As bases para a opinião vêm imediatamente a seguir à secção da opinião. Esta inclui uma declaração de que a auditoria foi conduzida de acordo com as ISAs; também se refere à secção de responsabilidades do auditor e declara a independência do mesmo. Se o auditor modificar a opinião, a explicação também estará nesta secção.
Incerteza material relacionada com a continuidade	Se houver uma incerteza material relacionada com a continuidade, tal será descrito nesta secção.
Key Audit Matters	Para as demonstrações financeiras das entidades de interesse público, esta secção fornece informações sobre as áreas de auditoria mais importantes - as <i>Key Audit Matters</i> (KAMs).
Responsabilidades pelas demonstrações financeiras	Nesta secção, o auditor descreve a responsabilidade da administração pela preparação das demonstrações financeiras de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, bem como a responsabilidade da administração para avaliar a capacidade da empresa de continuar em funcionamento.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras	O auditor descreve as suas responsabilidades de acordo com as ISAs, incluindo, por exemplo, a obtenção de garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, quer por fraude ou erro e por exercício de julgamento profissional.
Outras responsabilidades de comunicação	Em algumas jurisdições, o auditor pode estar responsável por relatar outros assuntos que são complementares às responsabilidades do auditor que decorrem das ISAs.
Nome do <i>partner</i> do trabalho	O relatório do auditor apresenta o nome do <i>partner</i> responsável pelo trabalho.
Assinatura, endereço e data	O relatório do auditor deve ser assinado e datado, apresentando o endereço do auditor.

Traduzido de: Deloitte (2017).

TABELA II. CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES COM VALORES DO ÍNDICE PDI BAIXOS E ELEVADOS

PDI Baixo	PDI Elevado
Estruturas de tomada de decisão descentralizadas.	Estruturas de tomada de decisão centralizadas.
Pequena proporção de pessoal de supervisão.	Elevada proporção de pessoal de supervisão.
Os subordinados esperam por serem consultados.	Os subordinados esperam saber o que fazer.
Educação centrada no aluno.	Educação centrada no professor.
Distribuição do rendimento na sociedade bastante equilibrada.	Distribuição do rendimento na sociedade muito desigual.
As pessoas mais velhas não são respeitadas nem temidas.	As pessoas mais velhas são respeitadas e temidas.
Corrupção rara.	Corrupção frequente.
Os gestores confiam na experiência pessoal e nos subordinados.	Os gerentes confiam em regras formais.
A <i>consultative leadership</i> leva à satisfação, bom desempenho no trabalho e produtividade.	A <i>authoritative leadership</i> e a supervisão rigorosa levam à satisfação, bom desempenho e produtividade.

Adaptado de: Cowperthwaite (2010) e Hofstede (2011).

TABELA III. CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES COM VALORES DO ÍNDICE IDV BAIXOS E ELEVADOS

IDV Baixo	IDV Elevado
Preferência por parentes do empregador e dos funcionários na contratação.	As decisões de contratação e promoção são baseadas no mérito.
Processo de tomada de decisão coletivo.	Processo de tomada de decisão individual.
As tarefas prevalecem sobre os relacionamentos pessoais.	Os relacionamentos pessoais prevalecem sobre as tarefas.
A empresa é responsável pelos funcionários.	Os funcionários são responsáveis por si mesmos.
As pessoas nascem em famílias alargadas que as protegem em troca de lealdade.	Todos cuidam de si mesmos e da sua família mais próxima.
A transgressão de normas leva a sentimentos de vergonha.	A transgressão de normas leva a sentimentos de culpa.

Adaptado de: Cowperthwaite (2010) e Hofstede (2011).

TABELA IV. VARIANCE INFLATION FACTORS: MODELO COM A UAI

Variáveis	VIF	1/VIF
<i>PDI</i>	8,02	0,125
<i>UAI</i>	10,23	0,098

<i>IDV</i>	1,78	0,563
<i>SIZE</i>	3,23	0,309
<i>PROFITABILITY</i>	1,18	0,849
<i>LEVERAGE</i>	1,08	0,928
<i>SEGMENT</i>	1,34	0,745
<i>INDFIN</i>	1,31	0,765
<i>AUDITFEES</i>	3,24	0,308

TABELA V. RESULTADOS DA REGRESSÃO: VARIÁVEIS DE CONTROLO ALTERNATIVAS

Variáveis independentes	Modelo 1: <i>SIZE1</i>	Modelo 2: <i>SIZE2</i>	Modelo 3: <i>SIZE3</i>	Modelo 4: <i>PROFITABILITY1</i>	Modelo 5: <i>PROFITABILITY2</i>
CONSTANTE	0,342 (0,365)	0,650 (0,273)	0,221 (0,354)	0,092 (0,341)	0,236 (0,346)
<i>PDI</i>	-0,005** (0,002)	-0,007*** (0,002)	-0,006*** (0,002)	-0,006*** (0,002)	-0,006*** (0,002)
<i>IDV</i>	-0,007*** (0,002)	-0,007*** (0,002)	-0,007*** (0,002)	-0,006** (0,002)	-0,006*** (0,002)
<i>SIZE</i>				0,063** (0,025)	0,056** (0,026)
<i>SIZE1</i>	0,026 (0,026)				
<i>SIZE2</i>		-0,005 (0,023)			
<i>SIZE3</i>			0,048* (0,028)		
<i>PROFITABILITY</i>	-0,119 (0,337)	-0,258 (0,350)	-0,047 (0,320)		
<i>PROFITABILITY1</i>				0,000 (0,003)	
<i>PROFITABILITY2</i>					-0,003* (0,002)
<i>LEVERAGE</i>	-0,001 (0,001)	-0,001 (0,001)	-0,000 (0,001)	-0,002 (0,001)	-0,002 (0,002)
<i>SEGMENT</i>	0,021	0,020	0,020	0,018	0,017

	(0,015)	(0,015)	(0,015)	(0,015)	(0,015)
<i>INDFIN</i>	0,083	0,083	0,125*	0,026	0,055
	(0,066)	(0,073)	(0,069)	(0,071)	(0,073)
<i>AUDITFEES</i>	0,139***	0,167***	0,112***	0,095***	0,102***
	(0,031)	(0,033)	(0,036)	(0,034)	(0,035)
Observações	200	200	200	200	200
R ²	31,51%	33,44%	32,25%	32,15%	32,46%
Teste F	10,92	11,74	11,31	11,61	11,36
Valor-p	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente. Os desvios-padrão encontram-se em parêntesis.

Variáveis: *KAM* = rácio entre o número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017 e o número médio de KAMs presentes na amostra; *PDI* = pontuação da dimensão *Power Distance* medida por Hofstede *Insights*; *IDV* = pontuação da dimensão *Individualism* medida por Hofstede *Insights*; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *SIZE1* = logaritmo natural da capitalização bolsista; *SIZE2* = logaritmo natural do número de empregados; *SIZE3* = logaritmo natural do total das vendas; *PROFITABILITY* = rácio entre o EBIT e o total do ativo; *PROFITABILITY1* = Rendibilidade do Ativo (ROA); *PROFITABILITY2* = Rendibilidade do Capital Próprio (ROE); *LEVERAGE* = rácio entre o total da dívida e o total do ativo (em percentagem); *SEGMENT* = número de segmentos de negócio; *INDFIN* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário; *AUDITFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria.

TABELA VI. RESULTADOS DA REGRESSÃO: POISSON TRUNCADO

Variáveis independentes	Coefficiente	Sinal esperado	Coefficiente	Valor - p
CONSTANTE	β_0	?	-0,196 (0,612)	0,749
<i>PDI</i>	β_1	-	-0,007* (0,004)	0,057
<i>IDV</i>	β_2	+	-0,007* (0,004)	0,074
<i>SIZE</i>	β_3	+	0,073 (0,047)	0,122
<i>PROFITABILITY</i>	β_4	-	0,101 (0,641)	0,875
<i>LEVERAGE</i>	β_5	-	-0,001 (0,003)	0,792
<i>SEGMENT</i>	β_6	+	-0,031 (0,026)	0,223
<i>INDFIN</i>	β_7	-	0,022 (0,127)	0,864
<i>AUDITFEES</i>	β_8	+	0,111* (0,064)	0,082
Observações			200	
Pseudo R ²			7,33%	
LR chi ² (8)			48,88	
Valor-p			0,0000	

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente. Os desvios-padrão encontram-se em parêntesis.

Variáveis: *NKAM* = número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017; *PDI* = pontuação da dimensão *Power Distance* medida por Hofstede *Insights*; *IDV* = pontuação da dimensão *Individualism* medida por Hofstede *Insights*; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *PROFITABILITY* = rácio entre o EBIT e o total do ativo; *LEVERAGE* = rácio entre o total da dívida e o total do ativo (em percentagem); *SEGMENT* = número de segmentos de negócio; *INDFIN* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário; *AUDITFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria.

TABELA VII. RESULTADOS DA REGRESSÃO: PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Variáveis independentes	Coefficiente	Sinal esperado	Coefficiente	Valor - p
CONSTANTE	β_0	?	4,066 (2,513)	0,107
<i>PDI</i>	β_1	-	0,039*** (0,015)	0,010
<i>IDV</i>	β_2	+	0,046*** (0,017)	0,008
<i>SIZE</i>	β_3	+	0,049 (0,187)	0,794
<i>PROFITABILITY</i>	β_4	-	-5,108** (2,334)	0,030
<i>LEVERAGE</i>	β_5	-	0,020* (0,010)	0,057
<i>SEGMENT</i>	β_6	+	-0,098 (0,109)	0,368
<i>INDFIN</i>	β_7	-	0,189 (0,527)	0,720
<i>AUDITFEES</i>	β_8	+	-0,146 (0,254)	0,566
Observações			200	
R ²			9,93%	
Teste F			2,63	
Valor-p			0,0093	

*, ** e *** indicam a significância estatística ao nível de 10%, 5% e 1%, respetivamente. Os desvios-padrão encontram-se em parêntesis.

Variáveis: *PROC* = rácio entre o número de procedimentos de auditoria e o número de KAMs divulgadas no período findo a 31 de dezembro de 2017 presentes na amostra; *PDI* = pontuação da dimensão *Power Distance* medida por Hofstede *Insights*; *IDV* = pontuação da dimensão *Individualism* medida por Hofstede *Insights*; *SIZE* = logaritmo natural do total do ativo; *PROFITABILITY* = rácio entre o EBIT e o total do ativo; *LEVERAGE* = rácio entre o total da dívida e o total do ativo (em percentagem); *SEGMENT* = número de segmentos de negócio; *INDFIN* = variável *dummy* que assume o valor um quando a entidade corresponde a uma instituição financeira e zero caso contrário; *AUDITFEES* = logaritmo natural dos honorários de auditoria.